PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 180/2026
Pregão Eletrônico nº 112/2026

1 - PREÂMBULO

1.1 - O Município de Ortigueira, através do Pregoeiro, designado pela Portaria nº 006 e 280/2026, com a devida autorização expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, representando diversas Secretarias, em 11/11/2026, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, em conformidade com a Lei Federal 14.133 de 01/04/2021, Decretos Municipais Regulamentares, suas alterações, bem como pela Lei Complementar 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14, Decreto n° 8.538 de 05/10/2015 no que couber e, legislações correlatas, nos termos do Sistema/Plataforma (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL), e, pelas condições previstas neste Edital.

1.2 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.2.1-Menor Preço por item.

1.3 - DO MODO DE DISPUTA

1.3.1 - Aberto/Fechado.

1.4 - DO ACESSO AO EDITAL E ANEXOS

1.4.1 - O edital e anexos do Pregão Eletrônico, poderão ser acessados/retirados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, página do site http://www.ortigueira.pr.gov.br, www.bll.org.br, ou solicitados pelo e-mail licitacao@ortigueira.pr.gov.br ou no Telefone 42-3277-1388, bem como no Departamento de Licitações na Rua São Paulo n° 32 Centro - Ortigueira/PR.

1.5 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS

1.5.1-Data de inicio de acolhimento de PROPOSTA: **16/11/2026**.

1.5.2 - Data limite para acolhimento de PROPOSTA: **02/12/2026** – **23:59 h** (Horário de Brasília/DF).
A – Os licitantes poderão, até a data e hora marcadas para acolhimento da proposta, retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação quando for o caso, anteriormente apresentados/anexados no sistema/plataforma.

1.5.3 – Data de inicio da fase de LANCES: **03/12/2026** – **09:30 h** (Horário de Brasília/DF).

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



1.6 – DA ALTERAÇÃO DE DATA

1.6.1 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer impedimento para a realização do Pregão na data marcada, a sessão será transferida conforme programação da agenda do setor de licitações, inclusive, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só iniciando-se e vencendo os prazos em dias de expediente na Prefeitura deste Município. A divulgação deste será por meio de comunicação oficial (Diário Oficial deste Órgão) ou no Sistema/Plataforma.

1.6.2 - Nos casos em que houver necessidade de realizar sessões além da inicial, as novas datas serão divulgadas por meio de comunicação oficial (Diário Oficial deste Órgão) ou no Sistema/Plataforma.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto **o Registro de Preços para futura aquisição de materiais de construção diversos, tais como, materiais elétricos, hidráulicos, portas e afins, mangueiras, parafusos, telhas, tijolos, poste, cimento, ferragens, pisos, cisterna de água entre outros para esta municipalidade**, nas quantidades e especificações contidas no anexo I deste.

2.2 - DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU NÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI E DEMAIS ENQUADRADAS NESTA CONDIÇÃO

2.2.1 - Este edital não é exclusivo para Micro, Pequena Empresa e MEI´s, logo há lotes exclusivos para as mesmas nos termos do Artigo 48 inciso I e 49 inciso III da LC 123/06, alterada pela LC 147/14, bem como o cadastro de fornecedores deste órgão anexo no processo, porém o mesmo contempla os benefícios da regularidade fiscal, trabalhista e o empate ficto para as empresas enquadradas nesta condição;

2.2.2 Nos itens exclusivos somente as empresa enquadradas como Micro, Pequena Empresa e MEI´s podem participar.

2.2.3 O fato do edital não ser exclusivo para Micro, Pequena Empresa e MEI´s, não impede sua participação neste certame e em todos os itens.

Esta contratação não possuirá cota reservada, considerando as questões de logística, organização, gestão e fiscalização. Com poucos fornecedores, a probabilidade de inconsistência é menor. Além disso, a coordenação e a comunicação com poucos fornecedores são mais fáceis e eficazes.

A dependência de vários fornecedores pode expor a organização a risco, como atrasos na entrega, falhas de comunicação ou problemas de qualidade. Logo poucos fornecedores pode ajudar a mitigar esses riscos.

A administração de vários contratos ou Atas de Registro de Preços com múltiplos fornecedores pode ser onerosa. Isso inclui não apenas o tempo e os recursos gastos no gerenciamento desses contratos.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



3 - PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constantes deste Edital e seus Anexos bem como, que detenham atividade pertinente e compatível com o seu objeto e, que providencie o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no sistema/plataforma.

3.2 - NÃO PODERÃO DISPUTAR LICITAÇÃO OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU CONTRATO, DIRETA OU INDIRETAMENTE

3.2.1 - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme artigo 9º da Lei 14.133/2021;

3.2.2 - A vedação acima (3.2.1), estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica artigo 9º da Lei 14.133/2021;

3.2.3 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, artigo 14 da Lei Federal n° 14.133/2021;

3.2.4 - O impedimento de que trata o item (3.2.2) acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante artigo 14 da Lei Federal n° 14.133/2021;

3.2.5 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista conforme artigo 14 da Lei 14.133/2021;

3.2.6 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços ou contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme o artigo 14 da Lei Federal n° 14.133/2021;

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



3.2.7 - Pessoa física ou jurídica incluídas nos demais impedimentos trazidos no Art. 9° e 14 da Lei 14.133/2021.

3.2.8 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

4 - DO LICITANTE - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 - Credenciar-se previamente no sistema (BLL) utilizado no certame, cabendo aos interessados o atendimento das normas de Cadastramento, Certificação e Credenciamento do sistema;

4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço ou o desconto e, na hipótese de inversão de fases, os documentos de habilitação;

4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.4 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e

4.5 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 - REGISTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA

5.1 - Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até as 23h59min do dia antecedente a data estabelecida para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas;

5.2 - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases conforme a Lei 14.133/2021, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos acima, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto;

5.3.-Nos casos acima (5.2), não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após os procedimentos de apresentação de propostas, conforme este edital item 6 e demais.

5.4 - O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo do fornecimento das declarações exigidas neste edital ou termo de referência:

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



5.4.1 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
5.4.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
5.4 3 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
5.4 4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.5 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, MEI, cooperativas a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6 - A falsidade das declarações acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, quando for o caso os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até as 23h59min do dia antecedente a data estabelecida para abertura da sessão pública.

5.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

5.9 - Quando disponibilizado a funcionalidade no sistema/plataforma, o licitante no momento do cadastramento da proposta, poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo e obedecerá às seguintes regras:
5.9.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e,
5.9.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item 5.9.1.

5.10 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
5.10.1 - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



5.10.2 - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.11 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.12 - No momento do registro da proposta de preços, devem ser preenchidos os campos necessários, para o perfeito entendimento da proposta, a qual poderá ser desclassificada se estiver com erros insanáveis ou em desconformidade com as descrições deste Edital que dificultem seu julgamento.

5.13 - No caso de valor ou percentual de desconto ofertado, inclusive quando houver planilha de composição de custos, estes, deverão ter apenas duas casas decimais, exceto, nos casos de medicamentos em que poderá ter até quatro casas decimais após a virgula, em moeda corrente nacional (R$), ou, no caso de percentual de desconto, informar o percentual de desconto, não serão aceitos valores maiores que o preço máximo, ou, no caso de percentual de desconto, não será aceito desconto menor que o estipulado neste edital.

5.14 - No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora ao seu valor ou percentual final registrado, no campo especifico do sistema/plataforma no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após realização do certame, sob pena de desclassificação.

5.15-Quando o objeto for Veículos/Máquinas/Caminhões/Tratores/Implementos/Informática/Mobiliário e demais do gênero, deverá indicar a marca, modelo, versão, tipo ou seja, identificação suficiente das características originais dos itens.

5.16 - Nos casos de serviços ou objeto de fabricação própria, no campo marca/modelo poderá ser informado (Marca própria);

5.17 - Quando do registro da proposta de preços no sistema/plataforma, não poderá ter identificação do licitante.

5.18 - Não será aceito proposta de preços em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital para itens ou lotes nos termos do artigo 82 inciso IV da Lei 14.133/2021.
5.18.1 - Não haverá preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



5.19 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento as exigências de habilitação previstas no edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira suas propostas e lances.

5.20 - No preço deve está incluso todas as despesas para o fornecimento do objeto, fracionado ou na sua totalidade na sede do CONTRATANTE ou no local indicado por este, nos termos apresentados neste edital, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, honorários, lucro, bonificações, impostos, encargos, além de outros custos pessoais ou empresariais que incidirem, não cabendo ao Município quaisquer ônus adicionais ou subsidiários;

5.21 - A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

5.22 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

5.23 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, conforme os critérios de conformidade com este edital, em relação à proposta mais bem classificada, observado o item 8.12 deste edital.

5.24 - Após o encerramento do recebimento de propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente.

6 - PROPOSTA COMERCIAL A SER APRESENTADA PELO LICITANTE PROVISORIAMENTE VENCEDOR:

6.1 - Quando do encerramento da etapa de lances, no prazo de 01 (um) dia útil, após a realização do certame, o licitante (provisoriamente vencedor) - considera-se provisóriamente vencedor ou seja, (detentor da melhor oferta apontado pelo sistema/plataforma eletrônica), sendo àquela que apresentou a melhor proposta, ou seja, na fase de lances apresentou o menor preço ou a depender o caso, maior oferta, deverá apresentar proposta de comercial elaborada de acordo com o modelo do Anexo III contendo no mínimo:

a - A razão social, CNPJ, Inscrição Estadual, Banco, número da Agência e Conta para deposito em nome da pessoa jurídica, endereço, telefone, contato, e-mail e demais informações de qualificação do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços, Contrato ou Instrumento Equivalente.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

6.2 - Conforme item/lote, readequado ao seu valor ou percentual final unitário e global registrado no sistema/plataforma, no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a realização do certame.
6.3 - No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora ao seu valor ou percentual final registrado, no campo especifico do sistema/plataforma no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a realização do certame.
6.4 - No caso de valor ou percentual de desconto ofertado, inclusive quando houver planilha de composição de custos, estes, deverão ter apenas duas casas decimais, exceto, nos casos de medicamentos em que poderá ter até quatro casas decimais após a virgula, em moeda corrente nacional (R$), ou, no caso de percentual de desconto, informar o percentual de desconto, não serão aceitos valores maiores que o preço máximo, ou, no caso de percentual de desconto, não será aceito desconto menor que o estipulado no termo de referência.

6.5-Quando o objeto for Veículos/Máquinas/Caminhões/Tratores/Implementos/Informática/Mobiliário e demais do gênero, deverá indicar a marca, modelo, versão, tipo ou seja, identificação suficiente das características originais dos itens.
6.5.1 - Nos casos de serviços ou objeto de fabricação própria, no campo marca/modelo poderá ser informado (Marca própria).

6.6 - A ciência da forma de pagamento de acordo com o contido neste edital.

6.7 - O prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias, contados da data de sua entrega.

6.8 - Não será aceito proposta de preços em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital para itens ou lotes nos termos do artigo 82 inciso IV da Lei 14.133/2021.
6.8.1- Não haverá preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.

6.9 - No preço deve está incluso todas as despesas para o fornecimento do objeto, fracionado ou na sua totalidade na sede do CONTRATANTE ou no local indicado por este, nos termos apresentados neste edital, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, honorários, lucro, bonificações, impostos, encargos, além de outros custos pessoais ou empresariais que incidirem, não cabendo ao Município quaisquer ônus adicionais ou subsidiários.

7-DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 - A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



7.2 - Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

7.3 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, conforme os critérios de conformidade com este edital, em relação à proposta mais bem classificada, observado o item 8.12 deste edital.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro, agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

8-DO INICIO DA FASE COMPETITIVA

8.1 - Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2 - O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.3 - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quando houver, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.5 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor ou percentual de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.7 - O pregoeiro, agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.8 - Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o (item 8.7) acima, implica a retirada do licitante do item/lote que estiver, sem prejuízo do direito de defesa.

8.9 - DO MODO DE DISPUTA - ABERTO E FECHADO

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



8.9.1 - No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

8.9.2 - Encerrado o prazo previsto acima, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.9.3 - Após a etapa de que trata o item 8.9.2 acima, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.9.4 - No procedimento de que trata o item 8.9.3, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.9.5 - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 8.9.3 acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no item 8.9.4.

8.9.6 - Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.9.3 - 8.9.5, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme abaixo:

a-Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
b-Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.9.7 - Ao final da fase de lances, poderá ser realizada a negociação com vistas a obter a proposta mais vantajosa, sem prejuízo da negociação.

8.10 – DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

8.10.1 - Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10.2 - Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado.

8.11 – DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

8.11.1 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



8.11.2 - Havendo Micro/Pequenas Empresas/MEI´s e demais enquadradas nesta condição no caso de desempate deverão ser observados as regras de desempate previstas no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 quando for o caso;

8.11.3 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata os itens acima.

8.11.4 - Poderá haver sorteio nas situações de empate, conforme plataforma/sistema ou demais situações pertinentes.

8.12 – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.12.1-Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro/agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada provisoriamente (vencedor) em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, observado à compatibilidade do menor preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme este edital;

8.12.1.1 - considera-se provisóriamente vencedor ou seja, (detentor da melhor oferta apontado pelo sistema/plataforma eletrônica), sendo àquela que apresentou a melhor proposta, ou seja, na fase de lances apresentou o menor preço ou a depender o caso, maior oferta.

8.12.2 - Fica estabelecido o prazo máximo de 01 (um), dia útil após realização do certame, no sistema/plataforma, para envio da proposta readequada e, planilhas de composição de preços quando houver, e, dos documentos complementares a proposta, adequada ao último lance ofertado.

8.12.3 – Não haverá prorrogação de que trata o item acima.

8.12.4 - Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro, agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.12.4.1 - A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12.4. 2 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos neste edital no (item 8.11).

8.12.4.3 - Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



8.12.4.4 - Observado o prazo de que trata o item (8.9.2) acima, é de responsabilidade do licitanteo envio, no sistema/plataforma, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

8.12.4.5 - Quando o proponente primeiro classificado (provisoriamente vencedor) conforme o item (8.12.1.1) não anexar proposta, o mesmo será desclassificado, devendo ser consultados as propostas remanescentes.

8.12.4.6 - Se houver apenas um proponente participante e decorrido os prazos e condições previstas neste edital, e, o mesmo não anexar proposta adequada ao lance vencedor, a administração se valerá do valor registrado por meio da sistema/plataforma.

8.12.4.7 - Erros no preenchimento do item/lote/planilha ou na proposta não constituem motivo para a desclassificação. Havendo erros sanáveis, poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 01 (um) dia útil, desde que não haja majoração do preço ou no caso de percentual deverá prevalecer sempre o maior conforme o julgamento da licitação.

8.12.4.8-Na análise e julgamento dos documentos de proposta de preços, o pregoeiro, agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

8.13 - DA DECLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

8.13.1 - Considerar-se-á desclassificada:
a - proposta no item ou lote conforme o critério de julgamento adotado, que estiver em desconformidade com as descrições deste Edital que dificultem seu julgamento, e, conter vícios insanáveis;
b - Quando o valor ou percentual de desconto unitário ou do lote após a etapa de lances e negociação permanecer com valores superiores ou percentuais menores ao máximo ou ao mínimo estipulado no edital (conforme critério de julgamento utilizado no edital);
c - Quando apresentar preço ou percentual manifestavelmente inexequivel pós diligência;
d - Por desistência da proposta pelo licitante, desde que justificada, podendo acarretar em sanção/penalidades nos termos deste edital e da Lei 14.133/2021, conforme o caso;
e - Quando houver identificação do licitante;
f - A desclassificação será registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes quando estes, permanecrem até o final da sessão pública;

g - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.14 - INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



8.14.1 - No caso de bens ou serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.14.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.14.3 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.14, só será considerada após diligência do pregoeiro, agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:
a - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e
b - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.14.4-Quando da assinatura da ata de registro de preços, este órgão público, poderá exigir garantia de até 5%, do licitante cujo o valor do item ou lote ou a totalidade de sua proposta for inferior em 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.15 – DO ENCERRAMENTO DA FASE DE JULGAMENTO

8.15.1 -Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o pregoeiro/agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, verificará a documentação de habilitação do licitante conforme disposições deste edital de licitação.

9 – DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA – HABILITAÇÃO

9.1 - Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 - Nos termos do artigo 63 inciso II da Lei Federal n° 14.133/2021, o licitante previamente vencedor deverá anexar os documentos de HABILITAÇÃO, e, quando for o caso os documentos complementares, exclusivamente via sistema/plataforma.

9.3 - O prazo máximo para anexar os documentos citados acima (habilitação) será de 01 (um) dia útil após a realização do certame, ou, caso o sistema permitir, poderá o licitante incluir antes do dia e hora agendados para a realização da licitação, bem como no momento do regsitro da proposta.
9.3.1- Não serão aceitos documentos em arquivos compactados e sem identificação a que item se refere;
9.3.2- Deverão ser anexado somente os documento exigidos em edital, nas situações em que for identificado documentos que não fazem parte dos exigidos, poderá acarretar em inabilitação.
9.4 - No caso dos (documentos complementares) o prazo máximo para anexar os mesmos será de será de 01 (um) dia útil após a realização do certame.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



9.4.1- Não serão aceitos documentos em arquivos compactados e sem identificação a que item se refere;
9.4.2- Deverão ser anexado somente os documento exigidos em edital, nas situações em que for identificado documentos que não fazem parte dos exigidos, poderá acarretar em inabilitação.

9.5 – DA HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DEMAIS

9.5.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a- Para todas as situações de Habilitação Jurídica e seguintes - Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, sua falta não exclui a participação da licitante, podendo a critério do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação realizar a sua emissão no site competente;

9.5.1.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.5.1.2 - No caso do MEI - O Microempreendedor Individual (MEI) deverá comprovar sua condição mediante a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, que poderá ser obtido no endereço: http://www.portaldoempreendedor.gov.br/Certificado, acompanhado do RG, CPF e documento informando o n° PIS - Programa de Integração Social.

9.5.1.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.5.1.4 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.5.1.5 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.6 – DAS EMPRESAS EM CONSÓRCIO

9.6.1- Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas em consórcio, que cumpram os requisitos e apresentem os documentos de habilitação estabelecidos neste edital, bem como o exigido no artigo 15 inciso da Lei 14.133/2021 conforme abaixo:
I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



9.6.2 -IMPEDITIVO

9.6.2.1- Está impedida empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.

9.6.3-CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRIO

9.6.3.1-O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do artigo 15 da Lei 14.133/2021.

a-O grupo de empresas que, após vencedor, não formar o consorcio, todas as empresas participantes daquele, podem sofrer as sanções e penalidades deste edital e da Lei 14.133/2021.

9.7 – DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS

9.7.1 - No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.8 – DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

9.8.1 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, (quando a natureza do objeto do estatuto ou afins permitir sua participação).

9.8.2 - No caso da Cooperativa, somente poderá participar quando a atividade/estatuto/ natureza do objeto assim o permitir e cumprir os termos do artigo 16 da Lei n° 14.133/2021.

9.8.3 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 – DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.9.1-Considerando o objeto a ser contratado, não haverá exigência de qualificação técnica.

9.10 – DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.10.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Unificada Negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, nos termos da Portaria MF n° 358 de 05 de setembro de 2014.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



9.10.2 - Nos casos em que a empresa ainda possuir as certidões separadas do INSS e Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, poderá ser apresentada normalmente, porém constatado a irregularidade nas mesmas a (s) licitante (s), deverá obrigatoriamente apresentar o exigido acima.

9.10.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicilio ou sede da proponente.

9.10.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos em Geral, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.10.5 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade Fiscal com FGTS, ou outro equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.10.6 - Prova de regularidade relativa a débitos trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CNDT) com TST conforme a Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011 (DOU de 08/07/2011), ou outra equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.11 – DA HABILITAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

9.11.1 - Conforme a natureza jurídica:

a - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
b - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante quando tratar-se de sociedade simples.

9.12 – ÍNDICES E DEMAIS

9.12.1 – Não será necessário apresentação de balanço patrimonial e afins para esta contratação.

9.13 – HABILITAÇÃO DECLARAÇÕES

9.13.1 - Declaração do licitante a serem apresentadas juntamente com os documentos de habilitação ANEXO II:
a- Indoneidade;
b - Afirmação da veracidade dos documentos apresentados;
c - Sujeição aos termos deste Edital;
d - Cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
e - Não possuir vínculo nos termos do artigo 14 da Lei 14.133/2021;
f - Cumpre as e,xigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência;
e - Que as propostas econômicas compreendem os custos dos direitos trabalhistas e afins.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



9.14- DA MICRO, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MEI, COOPERATIVAS E DEMAIS ENQUADRADAS NESTA CONDIÇÃO

9.14.1 - A microempresa, empresa de pequeno porte, MEI, cooperativas e demais enquadradas nesta condição que desejarem participar do certame para o tratamento diferenciado com os benefícios da LC 123/06 alterada pela LC 147/2014, deverão declarar essa situação junto ao sistema/plataforma no campo específico. Hipótese em que para fins deste edital serão identificadas como ME e EPP.
9.14.2 - O exigido acima deverá ser comprovado por meio de:
a - Declaração de que se enquadra na condição de microempresa, empresa de pequeno porte, MEI, cooperativas e demais enquadradas nesta condição, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo, podendo utilizar do modelo ANEXO II.1;
b - Conforme artigo 4º, § 2º da Lei 14.133/2021 – Declaração que, no ano-calendário da realização desta licitação, ainda não tem celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, podendo utilizar do modelo ANEXO II.1;
b.1 - Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no artigo 4º da Lei 14.133/2021.
9.14.3 - Nos casos em que for comprovado que a empresa participante declarando sua situação de Micro e Empresa de Pequeno Porte, MEIs, cooperativas e fins, não está enquadrada como Micro e Empresa de Pequeno Porte, MEIs, cooperativas e afins, será automaticamente desclassificada sem prejuízo das sanções e penalidades nos termos deste edital e legislação vigente.
9.14.4 - A ausência dos documentos e comprovação acima para ME/EPP/MEI e demais enquadradas nesta condição não impedirá sua participação nesta licitação, logo, não poderá usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, podendo inclusive insejar em aplicação de sanções/penalidades e afins, conforme este edital e as previsões da Lei 14.133/2021.
9.14.5 - Havendo restrição na documentação fiscal e trabalahista, nos casos de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, MEI, cooperativas e demais enquadradas nesta condição, amparadas pela LC 123/06 e alterado pela LC 147/14, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a apresentação dos comprovantes de regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito de contratação.

9.15-CONSULTA CEIS, CNEP E TCE-PR

9.15.1-Será consultado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e Cadastro de Impedidos de Contratar - TCE-PR.
9.15.2-Havendo impedimento que impossibilite a participação do licitante, o mesmo será inabilitado.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



10 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO PROPONENTE PODERÃO SER APRESENTADOS NA FORMA ABAIXO

10.1 - Em original ou;

10.2 - Cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão de imprensa oficial;

10.3 - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal conforme o artigo 12 inciso IV Lei Federal n°14.133/2021;

10.4 - Poderá ser exigido reconhecimento de firma no caso de dúvida de autenticidade nos termos do artigo 12 inciso V Lei Federal n°14.133/2021;

10.5 - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) conforme artigo 12 § 2° da Lei Federal n° 14.133/2021.

10.6 - VERIFICAÇÃO E DILIGÊNCIAS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA E DEMAIS

10.6.1 - A habilitação será verificada por meio do sistema eletrônico utilizado pelo município, quando solicitado pelo pregoeiro, agente de contratação, ou comissão de contratação quando o substituir, até a conclusão da fase de habilitação.

10.6.2 - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando houver inversão de fase, observado nesta hipótese, o disposto no § 2º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.6.3 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
a - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e,
b - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.6.4 - Na hipótese de que trata o 10.6.2, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil após a realização do certame, no sistema eletrônico.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

10.6.5 - Nos casos de documentos que não são emitos por sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, poderá o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, a qualquer tempo, se assim entender necessário e, em forma de diligência solicitar esclarecimentos, documentos e demais para confirmação e complementação de informações.
10.6.6 - Poderá o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, a qualquer tempo, se assim entender necessário e, em forma de diligência solicitar atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.6.7 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, por meio de diligência, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6.8 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os documentos de habilitação, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.6.9 - É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, a qualquer tempo, se assim entender necessário, e, em forma de diligência, no caso de (cópia simples ou autenticada ou declaração de autenticidade por advogado e demais situações) exigir o documento original p/conferência ou utilizar de outros meios tais como: Consulta em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões.

10.6.10 - Participação de matriz ou filial

10.6.10.1 - Se o licitante for participar com a empresa matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
10.6.10.2 - Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute a futura ata de registro de preços ou o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos nos documentos de habilitação.

10.6.11 - Documentos em língua estrangeira

10.6.11.1 - Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



no País e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

10.6.12 - Documentos que não possuem prazo de validade

10.6.12.1 - Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente, ressalvados os casos da Lei Complementar 123/06, alterações e demais legislação pertinente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, exceto os documentos com prazo superior trazidos na Lei 14.133/2021.

10.6.13 - Condições gerais de habilitação

10.6.13.1 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos de habilitação devem estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ ou outro equivalente, sendo dispensados dessa preferencialidade aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos com a ausência destas informações, devido à forma ou padronização do Órgão emissor.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12 – DA CONVOCAÇÃO PARA A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato/ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo máximo estabelecido de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.4 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.6 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, ou, na ausência do cadastro reserva os licitantes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

13.1 - Após a homologação da licitação, quando este órgão optar por cadastro reserva, poderá ser incluso na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

a - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação conforme apontado no sistema/plataforma utilizada por este órgão; e,

b - dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.3 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.3.1 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua propostas original.

13.3.2 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou,

b - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

13.3.3 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá;

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



a - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b - adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.3.4 - Nos casos em que este órgão optar por não realizar o cadastro reserva, serão convocados os remanescentes na ordem de classifiacação para obtenção do melhor preço, nos termos deste edital.

14 – DAS SANÇÕES

14.1-Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.
14.2-A aplicação de multas previstas não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, bem como sua inclusão na divida ativa nos termos do Decreto Municipal n° 1646/2016 publicado no dia 28/06/2016.
14.3-O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

14.3.1-DAS PENALIDADES RELATIVAS À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

14.3.1.1-A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou deixar de aprenser qualquer documento exigido pelo pregoeiro ou agente de contratação, estará sujeita a uma multa de 3% sobre o valor do edital.
14.3.1.2-Em caso de não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, a licitante será penalizada com multa no valor de 3% sobre o valor do edital.

14.3.2-DAS PENALIDADES RELATIVAS À CONTRATAÇÃO

14.3.2.1-A licitante que, após vencer o certame, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, estará sujeita a uma multa de 20% sobre o valor do contrato.

14.3.3-DAS PENALIDADES POR FRAUDE E ATOS ILÍCITOS NO CERTAME

14.3.3.1-Em caso de fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, a licitante estará sujeita a uma multa de 30% sobre o valor do edital ou do contrato, conforme o local onde ocorreu a fraude.
14.3.3.2-A licitante que praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, estará sujeita à aplicação de multa no valor de 30% sobre o edital ou contrato, a depender de onde ocorreu a fraude.

14.3.4-DAS PENALIDADES POR ATO LESIVO À ADMINISTRAÇÃO

14.3.4.1-Caso a licitante pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, estará sujeita a uma multa de 30% sobre o valor do edital ou contrato conforme o local onde ocorreu a fraude.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



14.3.5-DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

14.3.5.1-As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, garantindo-se o direito à ampla defesa e ao contraditório.

14.3.5.2-A aplicação das penalidades não exime a licitante da obrigação de cumprir as demais cláusulas e condições estabelecidas neste edital.

14.3.5.3-As multas previstas nos itens acima podem ser combinadas, desde que não ultrapassem o limite total de 30%.

15 - REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

15.1 - A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.2 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

15.4 - Na hipótese da ilegalidade de que trata o item (15) a ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 - DA IMPUGNAÇÃO, DOS ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS

16.1 – DA IMPUGNAÇÃO

16.1.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, diretamente no sistema/plataforma eletrônica que será realizada a licitação.

16.1.2 - O pregoeiro, agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.1.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro/agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

16.1.4 - Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos legais.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



16.1.5 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no sistema/plataforma eletrônica que será realizada a licitação, dentro do prazo estabelecido acima, e vincularão os participantes e a Administração.

16.1.6 - Todos os atos refente à impugnação, observarão o artigo 164 da Lei Federal n° 14.133/2021.

16.2 – DO RECURSO

16.2.1 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

16.2.2 - As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

16.2.3 - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso no sistema/plataforma eletrônica.

16.2.4 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.2.5 -O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.2.6 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - O LICITANTE DECLARA QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA NOS TERMOS ABAIXO:
a - Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente qualquer vantagem com objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do objeto desta contratação;
b - Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do objeto desta contratação;

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



c - Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d - Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou alterar a execução do objeto desta contratação;
e - Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsa aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital atos cujo intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
f - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo;
g - Concorda e autoriza que na hipótese do contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante aditamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do objeto desta contratação e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e a execução do objeto desta contratação.
17.2 - TODOS OS PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTOS/FISCALIZAÇÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS E DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS SEGUIRÃO AS NORMAS já trazidas neste instrumento do órgão MUNICIPAL bem como, nos casos de recursos ESTADUAIS E/OU FEDERAIS SEGUIRÃO também as condições especificadas em cada termo/convênio/ajuste/acordo/contrato/instrumentos congêneres e afins.
17.3 - A apresentação da proposta silente quanto às informações acerca de: condições de pagamento, de entrega e validade da proposta, acarretará na aceitação tácita das condições mínimas do Edital, sendo que, a apresentação da proposta à presente licitação leva ao entendimento de que a proponente conhece todas as cláusulas editalícias, porquanto examinou por completo o presente edital e seus anexos, acerca dos quais não restam quaisquer dúvidas.
17.4 - A marca eventualmente citada neste edital ou seus anexos, é protótipo comercial que serve, exclusivamente, para verificar a similaridade com o bem a ser ofertado, portanto será aceito bem com qualidade, características e tipo equivalentes ou similares, observada a conjugação e tecnologia necessária.
17.5 - Esta licitação não implica proposta de contrato por parte do Município. Até a entrega da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato/ata de registro, poderá a proponente vencedora ser excluída da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

prejuízo de outras sanções cabíveis, se o Município tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária.

17.6 - Todos os dados para contato deverão ser pessoais da empresa, orienta-se que os licitantes não preencham com dados de terceiros alheios a contratação, como por exemplo, o Escritório de Contabilidade da empresa. Devendo conter no mínimo os seguintes dados atualizados: Nome da empresa, CNPJ, IE, Endereço Completo, e-mail, Telefone/Celular, whatsapp ou outro meio de contato usual.

17.7 -Caso não seja apresentado os dados atualizados da proponente, este órgão não será responsável do não recebimento de solicitação de produtos, envio de empenhos, notificações e afins.

17.8 - Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo respeitado as disposições da Lei 14.133 de 01/04/2021 e suas alterações, Decretos Municipais, normas do Sistema/Plataforma e demais legislação vigente sobre a matéria do objeto desta licitação.

17.9 - Fica eleito o foro da Comarca de Ortigueira para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente licitação.

18 - DOS ANEXOS DO EDITAL

18.1 - Integram o presente edital os seguintes anexos:

a - Anexo I – Termo de Referência;
b - Anexo II – Modelo de Declaração;
c - Anexo II.1 – Modelo de Declaração de Micro Pequena Empresa, MEI;
d - Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;
e - Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Ortigueira - Pr, 11 de novembro de 2026.

Marcia Giulia do Bonfim Banach
Pregoeira

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1-DO OBJETO

1.1-Constitui o objeto **o Registro de Preços para futura aquisição de materiais de construção diversos, tais como, materiais elétricos, hidráulicos, portas e afins, mangueiras, parafusos, telhas, tijolos, poste, cimento, ferragens, pisos, cisterna de água entre outros para esta municipalidade**, consoante as seguintes especificações:

2 – DA PLANILHA QUANTITATIVA, VALOR OU PERCENTUAL E DEMAIS

2.1 – Planilha

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO
1	ABRAÇADEIRA PARA MANGUEIRA DE UMA POLEGADA	UN	20	3,00
2	ADAPTADOR PARA TOMADA BIVOLT	UND	100	7,00
3	ALAVANCA EM AÇO CORRUGADA UMA POLEGADA POR UM METRO E MEIO	UN	5	180,00
4	ALAVANCA EM AÇO LISA UMA POLEGADA POR UM METRO E MEIO	UN	5	150,00
5	ALAVANCA FORJADA EM AÇO, PINTURA EM ESMALTE PRETO, TAMANHO 1,80 METROS	UND	5	150,00
6	Alicate de Corte Reto 6 polegadas	UN	10	35,00
7	Alicate descascador de fios e cabos 6 polegadas	UN	10	50,00
8	Alicate descascador de fios e cabos 8 polegadas	UN	10	50,00
9	Alicate para anéis de pistão	UN	10	60,00
10	Alicate para Anéis Externo bico reto	UN	10	40,00
11	Alicate para Anéis Externo reto	UN	10	40,00
12	Alicate para Anéis Interno ponta curva	UN	10	52,50
13	Alicate para Anéis Interno reto	UN	10	52,00
14	Alicate rebitador manual 9,5 polegadas	UN	10	35,00
15	Alicate Universal 7 polegadas	UN	10	37,00
16	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO UNIVERSAL: assento sanitário almofadado, modelo universal, cor branca, revestimento impermeavel, lavavel e de facil higienizacao, com sistema de fixacao ajustavel e resistente, compatível com vasos sanitários de	UN	100	49,80

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

	diferentes formatos e dimensoes usuais, acompanhado dos acessórios necessários para instalação.			
17	ASSENTO SANITARIO INFANTIL: assento sanitario infantil, em plástico resistente, preferencialmente polipropileno PP ou equivalente, cor branca, superfície lisa e de fácil higienizacao, com sistema de fixacao resistente e acessorios necessarios para instalacao, compativel com vaso sanitario infantil e adequado ao uso em ambientes escolares.	UN	100	103,34
18	BALDE DE LONA, COM FUNDO E BORDA REFORÇADOS, MEDIDAS: 35Ccm(altura) x 30cm (diâmetro)	UN	15	29,90
19	Balde metálico para concreto - 10 litros	UN	30	20,00
20	BARRAMENTO PENTE TRIFÁSICO 80A	UN	70	84,90
21	BETONEIRA, FUNCIONAMENTO MOTOR:ELÉTRICO, POTÊNCIA MOTOR:1 CV, ROTAÇÃO:1.750 RPM, CAPACIDADE TAMBOR:220 L, VOLTAGEM:110/220 V	UN	8	3.399,00
22	Betoneira com capacidade para no mínimo 400 litros, completa com motor a gasolina 4 tempo de no minimo 5hp de potencia	UN	8	5.017,47
23	BOMBA DE OLEO MANUAL 20L -	UN	10	1.390,00
24	BROCA COM VIDIA 08 MM	UN	60	8,00
25	BUCHA 10MM	UN	200	0,30
26	BUCHA 7MM	UN	200	0,23
27	Cabo elétrico flexível 1,5 mm², rolo com 100 metros, condutor em cobre eletrolítico 100% nu, classe 5 de encordoamento, isolação em PVC antichama para 750 V, certificado pelo INMETRO e em conformidade com as normas ABNT NBR NM 247-3 e demais normas aplicáveis, indicado para instalações elétricas de baixa tensão e uso profissional.	RO	40	190,00
28	FIO P/ INSTALAÇÃO ELÉTRICA 10 MM DE 100 MT FLEXIVEL	RL	50	1.300,00
29	Cabo elétrico flexível 6 mm² - rolo com 100 metros - condutor em cobre eletrolítico 100% nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolação em PVC antichama 750 V, em conformidade com a ABNT NBR NM 247-3 e certificado pelo INMETRO, indicado para instalações elétricas de baixa tensão.	RL	50	700,00
30	CABO PARA EXTENSÃO PP 4 MM (ROLO C/ 100 METROS)	RO	50	1.390,00
31	Cabo flexível PP 3 x 2,5 mm² - rolo com 100 metros - composto por 03 condutores em cobre eletrolítico 100% nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolação em PVC antichama e cobertura externa em PVC flexível de alta resistência mecânica, tensão de isolamento de 750 V, certificado pelo INMETRO e em conformidade com as normas ABNT NBR NM 247 e	RL	40	1.251,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

	ABNT NBR 13249, indicado para alimentação de equipamentos elétricos e uso em instalações móveis.			
32	CABO PARALELO 2x1,5 MM (ROLO C/ 100 METROS)	RO	10	400,00
33 NÃO EXCLUSIVO ME/EPP	CABO PP 3 X 2,5 MM², 100 por cento COBRE, FLEXIVEL, composto por 3 condutores de cobre eletrolitico, seçao nominal de 2,5 mm² cada, com isolacao e cobertura externa em PVC. Tensao nominal minima de 300-500 V, nao propagante de chama, fabricado conforme normas ABNT NBR aplicáveis e com certificação INMETRO, quando aplicavel. Nao sera admitido cabo CCA ou condutor de alumínio. Produto novo e de primeira qualidade. Deve conter selo TECPAR	M	10000	11,03
34 NÃO EXCLUSIVO ME/EPP	CABO PP 3 X 4 MM², 100 por cento COBRE, FLEXIVEL, composto por 3 condutores de cobre eletrolitico, secao nominal de 4 mm² cada, com isolaçao e cobertura externa em PVC. Tensão nominal minima de 300-500 V, não propagante de chama, fabricado conforme normas ABNT NBR aplicaveis e com certificaçao INMETRO, quando aplicavel. Nao será admitido cabo CCA ou condutor de alumínio. Produto novo e de primeira qualidade. Deve conter selo TECPAR	M	10000	19,00
35 NÃO EXCLUSIVO ME/EPP	CABO PP 3 X 6 MM², 100 por cento COBRE, FLEXIVEL, composto por 3 condutores de cobre eletrolitico, secao nominal de 6 mm² cada, com isolacao e cobertura externa em PVC. Tensao nominal mínima de 300-500 V, não propagante de chama, fabricado conforme normas ABNT NBR aplicaveis e com certificação INMETRO, quando aplicavel. Nao sera admitido cabo CCA ou condutor de aluminio. Produto novo e de primeira qualidade. Deve conter selo TECPAR	M	10000	30,00
36	CAIXA AN1 P/ PADRÃO COPEL	UN	50	102,00
37	CAIXA AN2 P/ PADRÃO COPEL	UN	40	170,22
38	Caixa de ferramentas com 3 gavetas fixadas em trilhos telescópicos	UN	10	110,14
39	Caixa de Grifo	UND	5	180,00
40	CAIXA DE LUZ 4x2 RETANGULAR	UN	100	2,50
41	CAIXA DE LUZ 4x4 QUADRADA	UN	50	3,72
42	caixa de massa, 40 lts	UN	10	24,21
43	CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL:PVC, COMPRIMENTO:55 CM, LARGURA:35 CM, ALTURA:15 CM, APLICAÇÃO:CONSTRUÇÃO CIVÍL	UN	20	35,00
44	CAL HIDRATADA	sc	200	18,00
45 NÃO EXCLUSIVO ME/EPP	CANO SOLDÁVEL PVC 32 MM BARRA 6MTS	UN	2500	63,00
46	CANO SOLDÁVEL PVC 40 MM	UN	2300	60,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



NÃO EXCLUSIVO ME/EPP				
47 NÃO EXCLUSIVO ME/EPP	CANO SOLDÁVEL PVC 50 MM P/ ÁGUA BARRA 6 MTS	UN	4000	80,00
48	CARRINHO MÃO, MATERIAL CAÇAMBA:CHAPA AÇO GALVANIZADO, MATERIAL CHASSI:FERRO, MATERIAL PÉS:FERRO, QUANTIDADE RODA:1 UN, TIPO RODA:PNEU COM CÂMARA, CAPACIDADE CAÇAMBA:60 L	UN	30	140,00
49	CAVADEIRA ARTICULADA, MATERIAL:AÇO SAE 1042., CABO:MADEIRA, COMPRIMENTO DO CABO:150CM CM, COMPRIMENTO DAS GARRAS:28 CM	UN	10	68,00
50	Cavalete para escora de ônibus	UN	10	480,00
51	Chave de Fenda 5 por 16 - 6 polegadas	UN	10	8,10
52	Chave de Fenda Cotoco 5 por 16 - 2 polegadas	UN	10	4,60
53	Chave de Grifo 18 polegadas	UN	20	68,40
54	Chave para dobrar ferro, aço carbono, pintura, bitola 3/8 pol.	UN	20	36,00
55	Chave Phillips 3 por 16 - 3 polegadas	UN	20	5,60
56	Chave Phillips 5 por 16 - 8 polegadas	UN	20	7,50
57	CINTURÃO DE CARPINTEIRO	UN	20	60,00
58	COLA PARA PVC 175 GR	UN	250	25,50
59	COLA PARA PVC 75 GR	UN	100	10,00
60	CONDUITE ELETRODUTO 1 POLEGADA	M	300	18,90
61	CONECTOR ELÉTRICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DERIVAÇÃO 2,5-16., MATERIAL:BIMETÁLICO, BITOLA:16 MM, TIPO:SPLIT BOLT	UN	20	14,00
62	CONECTOR PARA HASTE ATERRAMENTO	UN	60	4,00
63	CONJUNTO DE INTERRUPTOR DUPLO E TOMADA SIMPLES 2P + T 10A	UN	180	13,20
64	CONJUNTO DE INTERRUPTOR DUPLO E TOMADA SIMPLES 2P + T 20A	UN	100	13,80
65	CONJUNTO DE INTERRUPTOR SIMPLES E TOMADA 2P + T 10A	UN	100	11,30
66	CONJUNTO DE INTERRUPTOR SIMPLES E TOMADA 2P + T 20A	UN	100	12,10
67	CONJUNTO DE INTERRUPTOR SIMPLES E TOMADA DUPLA 2P + T 10A	UN	100	12,00
68	CONJUNTO DE INTERRUPTOR SIMPLES E TOMADA DUPLA 2P + T 20A	UN	130	12,90

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

69	CONJUNTO DE TOMADA DUPLA 2P + T 10A 2X4 ALVENARIA	UN	100	12,90
70	CONJUNTO DE TOMADA DUPLA 2P + T 20A 2X4 ALVENARIA	UN	100	12,90
71	CONJUNTO ISOLADOR TIPO ROLDANA DE PORCELANA VERTICAL POSTE	UN	400	14,90
72	CONJUNTO PLUGUE MACHO E FÊMEA PARA EXTENSÃO 10 A 20 A	UN	80	6,30
73	CONTATOR 220V - 25-A	UN	30	205,95
74	CONTATOR 220V - 32-A	UN	40	221,90
75	CONTATOR 220V - 40-A	UN	60	222,71
76	CONTATOR 220V - 50-A	UN	60	461,00
77	CORRENTE PARA MOTOSERRA de 30 a 32 dentes	UN	10	38,00
78	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA PARA PEDREIRO comp. 25 cm x largura 15cm.	UN	80	20,00
79	Disco De Corte diamantado 110mm	UN	30	18,00
80	DISCO DE CORTE DIAMANTADO PARA ASFALTO E CONCRETO-350MM, MÁX.RPM: 4.400-80M/S - FURO /ORIFÍCIO 25,4MM	UN	60	380,00
81	Disco Madeira Grande	UND	110	18,00
82	DISJUNTOR BIFÁSICO 20A - DIN	UN	30	26,00
83	DISJUNTOR BIFÁSICO 25A - DIN	UN	30	28,60
84	DISJUNTOR BIFÁSICO 32A - DIN	UN	30	26,80
85	DISJUNTOR MONOPOLAR 16A - DIN	UN	30	10,00
86	DISJUNTOR MONOPOLAR 20A - DIN	UN	30	11,00
87	DISJUNTOR MONOPOLAR 25A - DIN	UN	30	11,00
88	DISJUNTOR TRIPOLAR 50 A-DIN	UN	30	42,80
89	DUCHA HIGIENICA ELETRICA. TENSAO 127V (110V). COM NO MINIMO TRES NIVEIS DE TEMPERATURA. POTENCIA DE NO MINIMO 4000W. ACIONAMENTO POR GATILHO. ACOMPANHA DUCHA MANUAL	UN	30	265,00
90	DUCHA HIGIENICA ELETRICA. TENSAO 220V. COM NO MINIMO TRES NIVEIS DE TEMPERATURA. POTENCIA DE NO MINIMO 4000W. ACIONAMENTO POR GATILHO. ACOMPANHA DUCHA MANUAL	UN	30	265,00
91	ELETRODUTO CORRUGADO 3/4 POLEGADAS	M	200	2,80
92	Enxada argamassaa	UN	15	42,60
93	Enxadão com cabo forjado 2,5 ll	UN	15	41,70
94	ESCADA DE FIBRA DE VIDRO 12 DEGRAUS, 3,60 METROS, DEGRAUS EM ALUMÍNIO.	UN	15	1.490,00
95	ESMERILHADEIRA, TIPO:ANGULAR, VOLTAGEM:220 V, POTÊNCIA:840 W, ROTAÇÃO:11.000 RPM, DIÂMETRO DISCO:4 1/2 POL, TIPO USO:INDUSTRIAL	UN	5	599,90
96	ESMERILHADEIRA, TIPO:MANUAL ANGULAR, VOLTAGEM:127/220 V, POTÊNCIA:1.400 W,	UN	5	600,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



	ROTAÇÃO:7.000 RPM, rotação mínima 5.500, Emissão de vibrações: 3 m/s²			
97	Esquadro ajustável de plástico	UN	20	49,90
98	Esquadro para carpinteiro	UN	15	20,00
99	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS	UN	280	26,80
100	FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRA 3MM REDONDO LARANJA	M	10000	0,75
101	FITA ALTA FUSÃO 10 MT	UN	200	20,00
102	Fita isolante elétrica em PVC antichama, comprimento de 20 metros, largura mínima de 19 mm, espessura mínima de 0,18 mm, com alta flexibilidade, excelente aderência e resistência à umidade, abrasão, raios UV e variações de temperatura, indicada para isolamento e proteção de emendas e condutores elétricos de baixa tensão, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.	UN	650	9,20
103	FITA ISOLANTE PVC COLORIDA 20 METROS	UN	80	6,00
104	FLANGE PVC 32MM	UN	150	29,90
105	FORMÃO, MATERIAL CORPO:CROMO VANÁDIO, MATERIAL CABO:MADEIRA, BITOLA:1/4 POL	UN	20	26,20
106	Furadeira de Bancada para Entalhes Quadrados 750W - tensão: 220V, Potência: 750W, Freuência: 60Hz / 1Ph, Monofásico, Velocidade: 1720 RPM, Mandril de Fixação com c/ chave 3 a 16mm, Capacidade para entalhe: 6 a 26mm	UN	5	707,96
107	Furadeira de Impacto Vel. Variável e Reversível 1/2 Pol. 750W 220V Alimentação da Furadeira:ElétricaCapacidade minima de perfuração Aço (mm):20Capacidade de perfuração Concreto (mm):20Capacidade minima de perfuração Madeira (mm):40 Capacidade minima do mandril (mm):15.88 Capacidade minima do mandril (polegadas):5/8	UN	8	598,20
108	FURADEIRA MANUAL 1/2 220V, ROTAÇÃO MÍNIMA 0 - 3.500RPM, Capacidade Máxima de Perfuração: Aço: 13,0 mm. Madeira: 30,0 mm, Concreto: 16,0 mm	UN	6	458,00
109	Furadeira/Parafusadeira de Impacto a bateria 20V, Potência acima de 350W, Voltagem 220, a bateria, 2 velocidades, Rotação (RPM 0-600/0-2000)	UN	8	369,00
110	Garrafa térmica inox interno e externo 3 litros. funcionamento através de pressão na válvula, Material: Aço Inoxidável Revestido Em Poliuretano.	UN	18	80,00
111	GARRAFA TÉRMICA P/ ÁGUA 05 LT	UN	50	58,00
112	Garrafa Térmica para café, com capacidade para 1 Litro, confeccionada em material plástico de boa qualidade, com ampola de vidro, rolha dosadora, tampa plástica, conservação de temperatura das bebidas:Mínimo 6 horas. Dimensões aproximadas: altura: 30,00cm,	UN	15	60,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

	largura: 8,50cm, comprimento: 13,10cm, peso (kg): 0,500			
113 NÃO EXCLUSIVO ME/EPP	Gerador De Energia - Potencia minima 8KVA, Rotação minima: 3500RPM, Frequência padão nacional, monocilindrico, sistema de partida elétrica e manual, numero de fases: Monofasico, cilindrada minima 420cc. Combustivel: Diesel. Característica Adicional: Com Horímetro	UN	10	9.895,50
114	GRAMPO SARGENTO 150MM	UN	10	27,10
115	GRELHA DE AÇO INOX QUADRADA PARA RALO 100MM	UN	60	20,00
116	GRELHA ROTATIVA INOX PARA RALO 150MM	UN	50	16,00
117	INTERRUPTOR BRANCO 1 TECLA SIMPLES C/ PLACA BRANCA 2X4	UN	60	11,20
118	INTERRUPTOR BRANCO 2 TECLA SIMPLES C/ PLACA BRANCA 2X4	UN	60	12,30
119	INTERRUPTOR BRANCO 3 TECLA SIMPLES C/ PLACA BRANCA 2X4	UN	60	12,30
120	INTERRUPTOR BRANCO SIMPLES COM TOMADA 2P+T 10 A E TAMPA BRANCA	UN	60	11,10
121	INTERRUPTOR BRANCO SIMPLES COM TOMADA 2P+T 20 A E TAMPA BRANCA	UN	60	12,30
122	INTERRUPTOR SIMPLES COM TOMADA 2P+T 10 A PARA CONDULETE	UN	60	14,10
123	INTERRUPTOR SIMPLES COM TOMADA 2P+T 20 A PARA CONDULETE	UN	60	14,30
124	Janela de Alumínio, Basculante, dimensões 1,00m x1,00m (largura x altura), com grade, Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (mini-boreal)	UN	10	460,50
125	Janela de Alumínio, Correr 2 Folhas, dimensões 1,20m x 1,00m (largura x altura), com grade, Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (liso)	UND	10	300,00
126	Janela de Alumínio, Correr 2 Folhas, dimensões 1,20m x 1,20m (largura x altura), com grade, Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (liso)	UN	10	600,00
127	Janela de Alumínio, Correr 4 Folhas, dimensões 1,50m x 1,00m (largura x altura), com grade, Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (liso)	UN	10	350,00
128	Janela de Alumínio, Correr 4 Folhas, dimensões 1,50m x 1,20m (largura x altura), com grade, Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (liso)	UN	15	950,00
129	Janela de Alumínio, Correr 4 Folhas, dimensões 2,00m x 1,00m (largura x altura), com grade, Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (liso)	UN	10	1.000,00
130	Janela de Alumínio, Correr 4 Folhas, dimensões 2,00m x 1,20m (largura x altura), com grade, Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (liso)	UN	10	931,23

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

131	Janela de Alumínio, Máximo-ar 1 Folha, dimensões 0,60m x 0,40m (largura x altura), com grade, Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (mini-boreal)	UN	10	162,43
132	Janela de Alumínio, Máximo-ar 1 Folha, dimensões 0,80m x 0,60m (largura x altura), com grade, Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (mini-boreal)	UN	10	253,06
133	JOELHO 45° 50 MM, soldavel.	UN	15	7,50
134	JOELHO 90° SOLDAVEL C/ BUCHA DE LATÃO 32 X 3/4 POLEGADAS PVC	UND	60	12,90
135	JOGO 7 SDS PLUS TALHADEIRAS PONTEIRA BROCAS P/ MARTELETE	JG	10	65,90
136	JOGO CHAVE, MATERIAL:AÇO VANÁDIO, TIPO:CANHÃO, QUANTIDADE PEÇAS:12, APLICAÇÃO:CONSERTOS EM GERAL, COMPONENTES:3 A 14 - 12 PEÇAS.	JG	5	49,20
137	Jogo de Alicates 3 peças	JG	5	75,10
138	Jogo de Broca de Concreto 6 peças	UN	10	50,00
139	Jogo de Broca de Madeira 5 peças	JG	10	48,00
140	jogo de chave Allen 1,5 ao 10mm, 9 peças produzido em aço cromo vanádio, proporcionando maior resistência e durabilidade e possui acabamentoescurecido que confere maior resistência à oxidação/corrosão.	JG	5	42,80
141	Jogo de Chave Biela L - 08 ao 19mm com 12 peças	JG	8	120,00
142	Jogo de Chave de Boca - 06 ao 22mm	JG	5	180,00
143	Jogo de Chave Estrela - 06 ao 32mm: 12 peças.	JG	5	220,00
144	Jogo de Chave Phillips 5 peças	JG	5	42,60
145	Jogo de chave TORX T8 ao T50, argola, fabricado em aço cromo vanádio com acabamento fosfatizado. 10 PEÇAS.	JG	5	36,00
146	Jogo de Chaves Combinadas 12 Peças 10-32mm	UN	5	188,00
147	Jogo de Chaves de Fenda 5 Peças	JG	5	42,00
148	Kit jogo de soquete sextavado e acessórios com encaixe 3/4 Pol com 14 peças (10 Soquetes sextavados: 22, 24, 27, 30, 32, 36, 38, 41, 46 e 50 mm, 1 Cabo T, 2 Extensões: 8 e 16, 1 Catraca simples). Deve ser fabricado em aço vanádio com acabamento niquelado e cromado. Indicado para parafusos e porcas com perfil de encaixe sextavado externo. Fornecido em estojo metálico na cor azul , com acabamento em pintura na cor azul e berço em polímero.	JG	5	380,00
149	Jogo de soquetes estriados 1/2 8 mm a 32 mm 20 peças	JG	5	380,00
150	O jogo de soquetes sextavados 46 peças (Catraca reversível 1/4, Cabo com quadrado 1/4, Cabo T 1/4, Soquetes 1/4 sextavados 4 4,5 5 5,5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 mm, Chaves soquete 1/4 hexagonais 3 4 5 6 7 8 mm, Chaves soquete 1/4 fenda simples 4 5,5 6,5 mm, Chaves soquete 1/4 fenda cruzada PH 1 2 3, Chaves soquete 1/4	JG	5	600,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

	fenda cruzada PZ 1 2, Chaves soquete 1/4 TX T10 T15 T20 T25 T27 T30 T40 (perfil hexalobular), Extensões 1/4 50 100 mm, Extensão flexível 1/4 150 mm, Junta universal 1/4, Adaptador para bits 1/4x1/4, Chaves L hexagonais (Allen) 1,27 1,5 2 2,5 mm) em aço cromo-vanádio, cromado mate acetinado. O jogo de soquete deve corresponder a encaixe quadrado conforme DIN 3120 - C 6,3, ISO 1174, com estria de retenção de esfera, Catraca reversível: rotação reversível à direita/esquerda através de alavanca, desengate por botão de pressão, dentes finos, cabeça oval, punho de 2 componentes, fácil manuseio, para utilização com soquetes, Cabo T 1/4: conforme DIN 3122, ISO 3315, Soquetes 1/4: sextavados, conforme DIN 3124, ISO 2725, Chaves soquete 1/4 hexagonais: haste fosfatizada, Chaves soquete 1/4 fenda simples: haste fosfatizada, Chaves soquete 1/4 fenda cruzada PH: haste fosfatizada, Chaves soquete 1/4 fenda pozidriv PZ: haste fosfatizada, Chaves soquete 1/4 TX (perfil hexalobular) : haste fosfatizada, Junta universal 1/4: articulação aparafusada, versão conforme DIN 3123 - C 6,3, Adaptador para bits 1/4: quadrado x sextavado, para todos os bits e ferramentas com encaixe sextavado 1/4, Jogo de chaves L hexagonais (Allen): conforme DIN ISO 2936 , maleta de plástico resistente com dobradiças/fecho em metal, oferecendo uma proteção as ferramentas.			
151	KIT DE ACESSORIOS P/ PORTA DE CORRER, INCLUSO TRILHO E ROLDANAS	UN	30	380,00
152	KIT Jogo de Espátulas Caminhão Para Montar E Desmontar Pneus Sem Câmara	UN	10	250,00
153	Kit estante gaveteiro organizador, com estrutura confeccionada em aco, acabamento resistente, composta por modulos-estantes para encaixe e armazenamento de gavetas plasticas empilhaveis. Deve possibilitar a organização e facil acesso a parafusos, ferramentas, componentes e pecas de pequeno porte. Conjunto composto por 49 gavetas plasticas, sendo 27 unidades nº 3, 18 unidades nº 5 e 04 unidades nº 7, compatíveis com a estrutura fornecida. Estrutura estavel, resistente e adequada para uso em oficinas, almoxarifados e ambientes industriais. Cor azul. Produto novo, de primeira qualidade, acompanhado de todos os acessórios necessários para montagem e utilização.	UN	10	525,24
154	Kit jogo de talhadeira	JG	5	69,10
155	KIT PORTA PRONTA - PROTA COM BATENTE DE GIRRO SARRAFEADA SEM PINTURA 210X70, INCLUSO BATENTE, DOBRADIÇA, FECHADURA E GUARNIÇÃO.	UN	10	800,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



156	KIT PORTA PRONTA - PROTA COM BATENTE DE GIRRO SARRAFEADA SEM PINTURA 210X80, INCLUSO BATENTE, DOBRADIÇA, FECHADURA E GUARNIÇÃO.	UN	40	800,00
157	LAMPADA DE LED 12W	UN	300	7,00
158	LAMPADA DE LED 40W	UN	250	20,00
159	LÂMPADA DE LED 9W	UN	1000	4,00
160	Lanterna recarregavel, 19 led, bivolt	UN	25	49,20
161	Linha para Pedreiro Lisa 0.8mm X 100m tipo lisa com 100mt	UN	25	8,10
162	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LED: luminária de emergência com 30 LEDs, bivolt, potencia aproximada de 1 W, fluxo luminoso mínimo de 100 lumens, bateria recarregavel, autonomia minima de 5 horas, acionamento automatico na falta de energia eletrica, corpo em plastico ABS ou material equivalente, grau de proteção mínimo IP20, com sistema de recarga e acessórios necessarios para instalacao.	UN	120	20,00
163	LUMINARIA TIPO PLAFON DE SOBREPOR COM 1 LAMPADA LED 25W	UN	400	8,90
164	LUMINÁRIA, TIPO:EMERGÊNCIA, TIPO LÂMPADA:FLUORESCENTE, POTÊNCIA LÂMPADA:8 W, QUANTIDADE LÂMPADAS:2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PROTEÇÃO TRANSLÚCIDA, BATERIA SELADA COM AUTONOMIA, TENSÃO:127/220 V	UN	100	58,22
165	LUVA LISA/ROSCA 20 MM X 1/2 POLEGADA PVC	UN	60	2,00
166	LUVA LISA/ROSCA 25 MM X 3/4 POLEGADA PVC	UN	40	3,00
167	LUVA PVC FORRADA RASPA PARA LIXO	PAR	800	27,54
168	LUVA SOLDAVEL PVC 32 MM	UN	100	3,00
169	LUVA SOLDAVEL PVC 40 MM	UN	100	3,00
170	LUVA SOLDAVEL PVC 50 MM	UN	100	6,00
171	Machadinha com cabo	UN	15	40,00
172	Machado 20 polegadas, 50cm de cabo de madeira, espessura base da lâmina: 2mm Material do Corpo: Aço SAE 5160 Material do Olho: Aço 1020 Acabamento: Polido	UN	15	68,30
173	MANGUEIRA DE 1 POLEGADA COM 2MM PAREDE ROLO 100M	UN	60	220,00
174	MANGUEIRA DE 1/2 POLEGADA COM 1,5MM PAREDE 100 MTS	UN	50	99,90
175	MANGUEIRA DE 3/4 POLEGADA COM 1,5MM PAREDE 100MTS	UN	60	139,90
176	Mangueira De Nível cristal siliconada 5/16 Pol. X 1,00mm - Rolo 50 Metros	UN	20	112,00
177	Mangueira de plastico com 30 (trinta) metros de comprimento, PVC flexivel, com espessura mínima de 2,20 mm e diâmetro interno de ¹/2 p/ jardim, acompanhado o produto esguicho (tipo revólver) de	RO	80	71,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

	plástico resistente e bico para torneira de metal 1/2 x 3/4, ambos já colocados na mangueira e fixados com abraçadeira de metal (rosca sem fim).			
178	MANGUEIRA PLÁSTICA PARA ÁGUA DIMENSÃO: 2MM ESPESSURA (PAREDE) X 1 POLEGADA (BITOLA).	M	800	3,00
179	MANGUEIRA PVC COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2,20 MM E DIÂMETRO INTERNO DE 1/2 POLEGADA P/ JARDIM SILICONADA.	M	2500	6,00
180	Marcador Industrial Amarelo 60ML 3 mm	UN	25	20,00
181	Marreta com cunha para borracheiro	UN	10	80,00
182	Martelete rompedor/perfurador a bateria, de uso profissional, com motor sem escovas (brushless), encaixe SDS Plus, energia de impacto mínima de 3,0 J, velocidade variável, sistema de embreagem de segurança, função perfuração, perfuração com impacto e rompimento, alimentação por bateria de íons de lítio de no mínimo 20 V, capacidade mínima de 5,0 Ah, acompanhado de carregador rápido e 02 baterias. Equipamento com empunhadura ergonômica, sistema de redução de vibração, iluminação em LED, maleta para transporte, manual em português e garantia mínima de 12 meses.	UN	5	872,83
183	Martelo bola 500g	UN	20	29,40
184	Martelo para pedreiro com 2 cortes	UN	20	40,00
185	Martelo Rompedor 10 kg 220 volts	UN	5	1.800,00
186	Martelo Rompedor 15 kg 220 volts	UN	5	2.000,00
187	Medidor de distância a laser - 40m	UN	15	200,00
188	MICTORIO INDIVIDUAL EM LOUCA BRANCO	UN	50	400,00
189	MÓDULO DE SAIDA DE FIOS	UN	120	12,90
190	MÓDULO DE TOMADA 2P + T 10A	UN	50	9,00
191	MÓDULO DE TOMADA 2P + T 20A	UN	50	12,00
192	MÓDULO DE TOMADA DE TELEFONIA	UN	50	13,41
193	MOTO-ESMERIL, POTÊNCIA MOTOR:1/2 CV, VELOCIDADE:3.400 RPM, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:110/220 V, QUANTIDADE FASES:MONOFÁSICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REBOLO 8 POLEGADAS	UN	5	398,50
194	Multímetro digital 600v	UN	5	200,00
195	Nível a laser - 20m	UN	10	200,00
196	Nível De Alumínio 16 Polega C Bolha 45 Vertical E Horizontal	UN	10	38,00
197	Nível plástico com base magnética - 40CM	UN	10	15,00
198	PÁ, MATERIAL CABO:MADEIRA, MATERIAL:AÇO CARBONO, FORMATO:DE BICO, TAMANHO:320 X 270 MM, COMPRIMENTO CABO:0,71 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TERMINAL D EM PLÁSTICO, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ	UN	50	68,20

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

199	PARAFUSO FIXER CABEÇA CHATA PHILIPS 5,0 X 22 CAIXA COM 100	CX	20	43,60
200	PARAFUSO FIXER CABEÇA CHATA PHILLIPS 4,0 X 30 CAIXA COM 100	UN	20	30,00
201	Parafuso fixer cabeça chata Phillips 4,0x22,caixa com 100	CX	20	20,00
202	PARAFUSO ROSCA SEM FIM 5/16 POLEGADAS X 3/5 POLEGADAS	UN	1000	1,20
203	PARAFUSO ROSCA SOBERBA 5/16 POLEGADAS X 50	UN	400	1,00
204	PARAFUSO SEXTAVADO ROSCA SOBERBA ZINCADO 1/4X50 CAIXA C/100	CX	30	39,00
205	PARAFUSO SEXTAVADO ROSCA SOBERBA ZINCADO 5/16X60 CAIXA C/100	CX	20	150,00
206	PASSA FIOS COM ALMA DE AÇO (ROLO COM 20 METROS)	UN	20	44,27
207	Pé de cabra duplo sextavado	UN	15	60,00
208	Pé de cabra sextavado 3 por 4 polegadas	UN	15	98,20
209	Picareta Alvião, de aço carbono, dimensões: Lamina:500mmx100mm, Cabo: 90cm, variação de 10cm	UN	10	89,40
210	PILHA ALCALINA AA (4 UNIDADES)	UN	100	10,44
211	PLACAS DE SINALIZACAO DE EMERGENCIA: confeccionadas em material resistente e duravel, com caracteristicas fotoluminescentes quando exigidas, conforme a NPT 020 - Sinalizacao de Emergencia do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Modelo, simbologia e dimensao a definir conforme a necessidade, podendo contemplar sinalização de extintor, saída de emergencia, rota de fuga, hidrante, alarme, entre outras. Fornecidas prontas para instalação, com fita adesiva dupla face de alta aderência adequada à fixação em paredes.	UN	400	39,00
212	PLAFON DE PLÁSTICO PARA 1 LÂMPADA	UN	500	5,00
213	Plaina Elétrica 2,5MM - Potência minima 600W, largura de corte/lamina 82MM, profundidade do corte 0 a 2,5MM, regulavel, minimo 15000 RPM, 220v	UN	5	689,00
214	PLUGUE 1 POLEGADA	UN	60	2,80
215	PLUGUE 1/2 POLEGADA	UN	20	1,84
216	PLUGUE 3/4 POLEGADA	UND	80	2,00
217	PNEU PARA CARRINHO MAO COM CAMARA	UN	20	32,60
218	Ponteiro manual redondo	UN	15	23,00
219	PORTA DE ABRIR DE MADEIRA PADRAO IMBUIA LISA LARGURA DE 0,80 X 2,10 DE ALTURA.	UN	20	264,84
220	PORTA DE ABRIR DE MADEIRA PADRAO IMBUIA LISA LARGURA DE 0,90 X 2,10M DE ALTURA	UN	40	300,00
221	PORTA DE ABRIR DE MADEIRA ALMOFADADA LARGURA DE 0,70 X 2,10 DE ALTURA	UN	20	300,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



222	Porta de Alumínio para banheiro, Veneziana, Abrir 1 Folha, dimensões 0,60m x 1,80m (largura x altura), Pintura eletrostática a pó na cor branca	UN	40	390,00
223	Porta de Alumínio Veneziana, Abrir 1 Folha, dimensões 0,77m x 2,15m (largura x altura), Pintura eletrostática a pó na cor branca.	UN	20	390,00
224	Porta de Alumínio, com Divisão Central, Correr 2 Folhas, dimensões 1,60m x 2,16m (largura x altura), Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (liso)	UND	20	3.000,00
225	Porta de Alumínio, com Divisão Central, Correr 4 Folhas, dimensões 2,00m x 2,16m (largura x altura), Pintura eletrostática a pó na cor branca e vidros instalados (liso)	UND	20	3.200,00
226	PORTA DE CORRER DE MADEIRA PADRAO IMBUIA LISA LARGURA DE 0,80 X 2,10M DE ALTURA	UN	20	300,00
227	PORTA DE CORRER DE MADEIRA PADRAO IMBUIA LISA LARGURA DE 0,90 X 2,10M DE ALTURA	UND	20	400,00
228	PORTA, TIPO:DE CORRER, LARGURA:2,79 M, ESPESSURA:10 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BANDEIRA FIXA/TUBO/TRILHO ALUMÍNIO, MATERIAL:VIDRO TEMPERADO, COR:INCOLOR, ALTURA:2,86 M	UN	20	2.844,24
229	PROTETOR UNIVERSAL PARA TOMADAS CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	80	9,90
230	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 24 DISJUNTORES DIN	UN	30	140,00
231	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 32 DISJUNTORES DIN	UN	40	94,73
232	RALO DE 150MM PVC COM GRELHA	UN	80	44,80
233	REBITE 0,03 MM Cx/ 1000 UND	CX	20	72,30
234	REBITE 0,04 MM CX C/ 1000 UND	UN	20	77,50
235	REBITE 0,05 MM CX C/ 1000 UND	UN	50	72,00
236	REDUÇÃO PARA MANGUEIRA DE 1/2 1	UN	90	2,50
237	REDUÇÃO PARA MANGUEIRA DE 50X32	UN	80	8,90
238	Refletor LED 100 W, corpo em alumínio, lente em vidro temperado, fluxo luminoso mínimo de 11.000 lúmens, temperatura de cor 6.500 K (branco frio), índice de reprodução de cor (IRC) mínimo de 80, eficiência luminosa mínima de 110 lm/W, grau de proteção IP66 ou superior, tensão bivolt automática (100-240 V), vida útil mínima de 50.000 horas, fator de potência mínimo de 0,90, certificado pelo INMETRO quando aplicável e garantia mínima de 2 anos.	UN	300	89,00
239	Refletor LED 200 W, corpo em alumínio de alta resistência, lente em vidro temperado, fluxo luminoso mínimo de 22.000 lúmens, temperatura de cor 6.500 K (branco frio), índice de reprodução de cor (IRC) mínimo de 80, eficiência luminosa mínima de 110 lm/W, grau de proteção IP66 ou superior, tensão bivolt automática (100-240 V), vida útil mínima de 50.000 horas, fator de	UN	300	140,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

	potência mínimo de 0,90, certificado pelo INMETRO quando aplicável e garantia mínima de 2 anos.			
240	Refletor LED 30 W, corpo em alumínio, lente em vidro temperado, fluxo luminoso mínimo de 3.300 lúmens, temperatura de cor 6.500 K (branco frio), índice de reprodução de cor (IRC) mínimo de 80, eficiência luminosa mínima de 110 lm/W, grau de proteção IP66 ou superior, tensão bivolt automática (100-240 V), vida útil mínima de 50.000 horas, fator de potência mínimo de 0,90, certificado pelo INMETRO quando aplicável e garantia mínima de 2 anos.	UN	300	25,00
241	Refletor LED 50 W, corpo em alumínio, lente em vidro temperado, fluxo luminoso mínimo de 5.500 lúmens, temperatura de cor 6.500 K (branco frio), índice de reprodução de cor (IRC) mínimo de 80, eficiência luminosa mínima de 110 lm/W, grau de proteção IP66 ou superior, tensão bivolt automática (100-240 V), vida útil mínima de 50.000 horas, fator de potência mínimo de 0,90, certificado pelo INMETRO quando aplicável e garantia mínima de 2 anos.	UN	300	30,00
242	REGISTRO DE GAVETA 3/4 METAL	UN	60	29,40
243	REGISTRO DE PRESSÃO PVC 3/4	UN	60	18,00
244	REGISTRO ESFERA 3/4, soldavel.	UN	80	15,00
245	REGISTRO ESFERA PVC 50 MM, SOLDAVEL	UN	80	30,00
246	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 20	UN	80	15,00
247	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 25	UN	40	18,00
248	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 32	UN	80	25,00
249	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 40	UN	80	31,50
250	REGISTRO METAL 1/2 POLEGADA PRESSÃO	UN	80	42,80
251	REGISTRO METAL 3/4 POLEGADA PRESSÃO	UND	40	48,30
252	REGISTRO METAL 50MM PRESSÃO	UN	100	68,20
253	RÉGUA DE ALUMINIO 2 MTS REFORÇADA	UN	50	47,00
254	Régua Para Pedreiro Em Alumínio Lisa 47X23Mm 2M	UN	20	34,00
255	RESINA SINTETICA DE AUTO DESEMPENHO PARA ADERENCIA DE ARGAMASSA COMPATIVEL COMCIMENTO E CAL (BIANCO) 18L	GL	60	400,00
256	RESINA SINTETICA DE AUTO DESEMPENHO PARA ADERENCIA DE ARGAMASSA COMPATIVEL COMCIMENTO E CAL (BIANCO) 3,6L	GL	80	100,00
257	RESISTENCIA PARA TORNEIRA ELETRICA: resistencia de reposicao para torneira eletrica, compativel com equipamentos de características equivalentes, para tensao de 220 V e potencia de 5.500 W, com elemento resistivo e conexoes eletricas adequadas ao equipamento. Produto novo, original ou compatível, destinado a substituicao da resistencia existente,	UN	60	19,20

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

	devendo atender as especificacoes de tensao e potencia do equipamento.			
258	RESISTENCIA PARA TORNEIRA ELETRICA: resistencia de reposicao para torneira eletrica, compativel com modelo de torneira de características equivalentes, para tensao de 127 V e potencia de 4.800 W, com elemento resistivo e conexoes eletricas adequadas ao equipamento. Produto novo, original ou compatível, destinado a substituicao da resistencia existente, devendo atender as especificações de tensao e potencia do equipamento.	UN	60	19,20
259	RETIFICADEIRA 110V, POTÊNCIA 400W	UN	2	539,41
260	RETIFICADEIRA RETA LONGA 650W 220V - Pinça: 1 por 4 polegadas, Rotação: 22.000RPM Pressão de trabalho até 90PSI (6,3bar) Consumo de ar médio: 4PCM Entrada de ar: 1 por 4 polegadas BSP Compressor sugerido maior ou igual 3HP Mangueira	UN	4	1.100,00
261	REVESTIMENTO CERAMICO PARA PAREDE CORES DIVERSAS MEDIDAS: 30X57	MT²	400	28,00
262	REVESTIMENTO EM PASTILHA DE VIDRO PLACA TELADA MEDIDAS30CMX30CM CORES DIVERSAS	UN	200	57,95
263	Rex duplo c/ 2 roldanas	UN	40	40,00
264	REX TRIPLO COM 3 ROLDANAS	UN	100	60,00
265	ROLDANA DE LOUÇA 72 X 72	UN	40	10,00
266	ROLDANA P/ FIO 1,5 MM 36X36	UN	20	0,50
267	ROLDANA PVC P/ FIO 04 MM 30X30	UN	20	0,30
268	ROLO ANTI-RESPINGO COM CABO 23 CM- COM CABO	UN	200	21,30
269	ROLO DE LÃ CARNEIRO - 08CM - COM CABO	UN	200	15,90
270	ROLO DE TEXTURA RUSTICA 23 CM	UN	50	25,00
271	SABONETEIRA, MATERIAL SUPORTE:AÇO INOX, MATERIAL RESERVATÓRIO:VIDRO, ACABAMENTO SUPERFICIAL SUPORTE:CROMADO, ALTURA:20 CM, LARGURA:12 CM, CAPACIDADE:500 ML, TIPO FIXAÇÃO:PAREDE, TIPO USO:DOMÉSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM VÁLVULA SUBSTITUÍVEL, 3 PARAFUSOS	UN	60	69,90
272	SENSOR ELETRICO DE PRESENÇA	UN	25	50,00
273	Serra Circular 7. 1 por 4 polegadas 220volts	UN	3	568,40
274	Serra Marmore 125MM 220V 1500W	UN	3	398,88
275	Serrote 22 com lâmina de aço. Lâmina 22pol	UN	20	32,50
276	SERROTE PROFISSIONAL N° 20	UN	10	31,80
277	SERROTE PROFISSIONAL Nº 22	UN	30	32,50
278	SIFÃO INTELIGENTE 50X50	UN	160	12,00
279	SOLEIRA DE GRANITO 82CM DE COMPRIMENTO E 14CM DE LARGURA E ESPESSURA 20CM ACABAMENTO POLIDO	UN	40	100,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



280	SOQUETE LÂMPADA, MATERIAL:BAQUELITE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM RABICHO E À PROVA D´AGUA, TIPO LÂMPADA:INCANDESCENTE, TENSÃO NOMINAL:110/220 V, TIPO BASE:E-27	UN	100	5,00
281	TÊ REDUÇÃO SOLDAVEL 40 X 32 PVC	UN	30	5,00
282	TÊ REDUÇÃO SOLDAVEL 50 X 20 PVC	UN	50	10,00
283	TÊ REDUÇÃO SOLDAVEL 50 X 40 PVC	UN	30	8,00
284	TÊ SÉRIE NORMAL 150 X 100 PVC P/ ESGOTO	UN	80	69,90
285	TÊ SOLDAVEL C/ BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL 32 X 3/4 POLEGADA PVC	UN	10	13,90
286	TELHA DE FIBRO CIMENTO 2,44X0,50 METROS DE 4 MM	UN	60	24,00
287	TELHA DE FIBROCIMENTO, ESPESSURA 6MM, LARGURA DE 1,10M E COMPRIMENTO DE 1,22M.	UN	800	52,00
288	TELHA DE POLIPROPILENO ONDULADA TRANSLUCIDA, ESPESSURA DE 4MM, LARGURA DE 0,50M E COMPRIMENTO DE 2,44M	UN	80	31,95
289	TELHA DE POLIPROPILENO ONDULADA TRANSLUCIDA, ESPESSURA DE 6MM, LARGURA DE 1,10M E COMPRIMENTO DE 2,44M	UN	200	93,90
290	TERMINAL TUBULAR 1,5 MM²	UN	60	0,13
291	TERMINAL TUBULAR 10 MM²	UN	80	2,50
292	TERMINAL TUBULAR 16 MM² DUPLO	UN	60	7,72
293	TERMINAL TUBULAR 2,5 MM²	UN	150	0,69
294	TERMINAL TUBULAR 4 MM²	UN	60	3,90
295	TERMINAL TUBULAR 6 MM²	UN	150	0,32
296	Termômetro visual com infravermelho -10°C +500°C	UN	5	230,00
297	Tesoura Corta Vergalhão	UN	8	100,00
298	TESOURA DE PODA 8 POLEGADAS	UN	5	39,90
299	Tesoura para Vergalhão 12 polegadas.	UN	5	180,00
300	Tesoura para Vergalhão 18 polegadas	UN	5	265,50
301	TIJOLO CERAMICO MAÇIÇO (1ª LINHA) - 8 FUROS, DIMENSÕES: 11,5X19X24CM	MIL	40	1.500,00
302	TIJOLO CERAMICO MAÇIÇO (1ª LINHA) - DIMENSOES: 5 CM X 9CM X 19CM	UN	15000	0,90
303	TOMADA BRANCA 2P + T 10A PARA CONDULETE	UN	100	15,40
304	TOMADA BRANCA 2P + T 20A 2X4 ALVENARIA	UN	100	15,00
305	TOMADA BRANCA 2P + T 20A CONDULETE	UN	120	15,00
306	TOMADA DUPLA BRANCA 2 P 20 A + T10A PARA CONDULETE	UN	100	16,20
307	TOMADA DUPLA BRANCA 2P + T 10A 2X4 ALVENARIA COM TAMPA	UN	100	16,00
308	TOMADA PARA TELEFONE PAREDE ALVENARIA.	UN	100	15,00
309	TOMADA SISTEMA X COM CAIXINHA 2P + T10A	UN	140	13,90
310	TOMADA SISTEMA X COM CAIXINHA TRES PINOS 2P + T20A	UN	250	14,60

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



311	TORNEIRA DE COZINHA PARA BANCADA (DE BICA MOVEL ALTA,COM 1/4 DE VOLTA,FABRICADA EM METAL CROMADO DE ALTA RESISTENCIA	UN	10	70,00
312	TORNEIRA DE COZINHA PARA PAREDE (DE BICO MOVEL ALTA, COM 1/4 DE VOLTA, FABRICADA EM METAL CROMADO DE ALTA RESISTENCIA)	UN	50	61,00
313	TORNEIRA DE JARDIM PARA PAREDE (ESFERA COM ALAVANCA,FABRICADA EM METAL DE ALTA RESISTENCIA COM BICO PARA MANGUEIRA)	UN	10	25,20
314	TORNEIRA ELETRICA DE COZINHA PARA BANCADA, BICA ALTA, TENSAO DE 127V (110V), NO MINIMO COM QUATRO NIVEIS DE TEMPERATURA, POTENCIA DE NO MINIMO 4800W. ACIONAMENTO COM 1/4 DE VOLTA	UN	40	267,20
315	TORNEIRA ELETRICA DE COZINHA PARA BANCADA, BICA ALTA, TENSAO DE 220V, NO MINIMO COM QUATRO NIVEIS DE TEMPERATURA, POTENCIA DE NO MINIMO 4800W. ACIONAMENTO COM 1/4 DE VOLTA	UN	30	267,00
316	TORNEIRA ELETRICA DE COZINHA PARA PAREDE, BICA ALTA, TENSAO DE 127V (110V), NO MINIMO COM QUATRO NIVEIS DE TEMPERATURA, POTENCIA DE NO MINIMO 4800W. ACIONAMENTO COM 1/4 DE VOLTA	UND	30	210,00
317	TORNEIRA PARA BANHEIRO PNE. COM BICA BAIXA E ACIONAMENTO AUTOMATICO ATRAVES DE ALAVANCA. DEVERA ATENDER NBR9050	UN	80	280,00
318	TORNEIRA PARA BEBEDOURO (ESFERA COM ALAVANCA, FABRICADA EM METAL DE ALTA RESISTENCIA)	UN	20	80,00
319	TORNEIRA TANQUE /MAQUINA DE LAVAR (DUAS SAIDAS,,FABRICADA EM METAL DE ALTARESISTENCIA ,COM DOIS BICOS PARA MANGUEIRA	UN	50	38,90
320	Torquês Turquesa Armador 14 Polegadas	UN	20	49,00
321	Torquimetro Tamanho 1/2 pol. - Comprimento 70 centímetros - Largura 12 centímetros - Altura 6 centímetros	UN	4	398,20
322	Trado 25cm - Cavadeira trado 10pol 25CM, perfurador de solo manual s/cabo perfurador de solo manual.	UN	15	80,00
323	Trado manual de rosca 20 cm Diametro	UN	15	60,00
324	TUBO PVC DRENAGEM CORRUGADO FLEXÍVEL PERFURADO COM DIAMETRO DE 100MM, rolo com 50 metros	RO	50	750,00
325	Tupia: Tensão: 220V Potência: 530W Rotação: 30.000rpm Capacidade pinça: 6mm Emissão de vibrações: 2.5m/s² Dimensões (C x L x A): 82 x 90 x 199mm	UN	2	690,00
326	VÁLVULA DE DESCARGA 50 MM PVC	UN	80	289,90
327	VALVULA DE DESCARGA PARA MICTORIO	UN	80	89,70
328	VALVULA DE RETENÇÃO 1 MM	UN	40	55,00
329	VALVULA DE RETENÇÃO 1/2 MM	UN	140	25,00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



330	VALVULA DE RETENÇÃO 1/4 MM	UN	50	49,90
331	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO PVC	UN	40	6,00
332	VÁLVULA PARA PIA PVC	UN	40	6,00
333	VARA DE MANOBRA 38MM 4 ELEMENTOS , COMPRIMENTO MÍNIMO 5,20M, TENSÃO MÁXIMA 400KV, ACONPANHA CABEÇOTE PARA ABRIR CHAVE FUZIVEL, COR LARANJA.	UN	2	759,90

3 – DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 – O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

4 – DO FORNECIMENTO

4.1 – Este objeto não é considerado fornecimento contínuo.

5 – DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

5.1-O prazo desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado nos termo do artigo 105 da Lei 14.133/2021.
5.2-O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado por igual período, bem como restabelecendo seu quantitativo inicial ou parcial, desde que comprovado o preço vantajoso, Decreto Municipal n° 1241/2025.

6 – DA FACULDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante compromitente detentora do registro.
6.2 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a Compromitente assume o compromisso de atender durante a validade (prazo de vigência), os empenhos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as entregas solicitadas.
6.3 – O Órgão Administrador poderá realizar o monitoramento de preços registrados através de pesquisa de preços, consulta aos bancos de dados que contém os preços do objeto, troca de informações com outras instituições, cotações e licitações para comparação dos valores unitários e globais.

7- DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

7.1 – Os fundamentos desta contratação estão descritas no estudo técnico premiliminar acostados nos autos deste processo/procedimento de contratação.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



8-PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

8.1-Como a vigência da Lei 14.133/2023 se deu em 01/01/2024, não houve a elaboração em epecífico do Plano de Contratação Anual para o exercício de 2026, considerando a faculdade da citada norma.

9 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

9.1 – A descrição da solução como um todo desta contratação, estão descritas no estudo técnico premiliminar acostados nos autos deste processo/procedimento de contratação, bem como, as demais condições constam na minuta da ata de registro de preços apensado/anexo.

10 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1-Sustentabilidade

10.1.1-A Contratada deve utilizar práticas e materiais sustentáveis sempre que possível, adotando medidas para promover eficiência energética, uso responsável dos recursos naturais e redução do impacto ambiental, conforme a nova Lei de Licitação nº 14.133/21 e o Guia Nacional de Sustentabilidade.

10.2- Amostra, Laudos, Catálogo, Certificações, Indicação ou vedação de marca e Vistoria

10.2.1-Dada a natureza comum do objeto, não será necessário a utilização garantia, amostra, laudos, catálogos, certificações, indicação ou vedação de marcas e vistoria, haja vista que são itens adquiridos para suprir demandas das estruturas da administração pública e já faz parte das contratações anuais/rotineiras do Município.

10.3- Análise de Riscos

10.3.1-Conforme estudo técnico preliminar.

10.4-Subcontratação

10.4.1-Para este objeto não é permitida a subcontratação, uma vez que, comprendeu-se que empresas do ramo detêm as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente executar o objeto, isto é, o objeto deste processo não possui complexidade ou características de execução que justifiquem admitir a subcontratação. Ademais, a vedação da subcontratação total da solução proposta é justificada pela necessidade de manter um controle efetivo sobre a qualidade, prazos e segurança da execução do projeto, garantindo a integralidade das responsabilidades da contratada principal.

11 – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



11.1 – Não haverá exigência da garantia da contratação trazidas nos artigos 96 e seguintes da Lei n° 14.133/2021, conforme definido no estudo técnico preliminar.

12 – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 – Da solicitação

12.1.1 – As solicitações em geral (compras) feitas pelo CONTRATANTE, e serão formalizadas através de "Nota Empenho", Autorização de Fornecimento e será levado a efeito por meio de e-mail ou outro meio disponível ao CONTRATADO, e, o fornecimento deverá ser realizados por profissionais e por meios habilitados, mediante solicitação com indicação dos quantitativos pela Secretaria Municipal requisitante, emitido pelo Departamento Competente do Contratante.
12.1.2 – Quando do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento via e-mail ou por qualquer ou meio eletrônico, bem como pessoalmente, fica a contratada desde já ciente da solicitação.
12.1.3 – O contratante utilizará os dados apresentados pela contratada na documentação apresentada no certame licitatório para comunicação das solicitações e demais comunicações, devendo a contratada atualizar os dados cadastrais junto ao contratante;
12.1.4 – Havendo alteração de dados cadastrais pela contratada sem aviso prévio ao Contratante, poderá haver aplicação de sanções/penalidades cabíveis.
12.1.5 – O CONTRATANTE realizará a aquisição do objeto deste edital conforme demanda, necessidade ou disponibilidade de recursos orçamentários.

12.2 – Do prazo da execução do objeto e demais

12.2.1 – O fornecimento do objeto deverá ocorrer, sem qualquer custo adicional, sempre no horário de expediente normal, e, em dias úteis.
12.2.2 – Em relação às entregas do objetos licitados, não serão aceitas como justificativas para o descumprimento das obrigações ajustadas as opções de Gestão próprias das contratadas, como férias coletivas, possuírem um único fornecedor, redução de pessoal, redução de material, opção de logística, escolha de rota de entrega e outros.
12.2.3 – Impedimentos referentes a terceiros alheios a contração, igualmente, não serão aceitos como justificativa para inadimplência na entrega.
12.2.4 – No fornecimento, caso não haver a liquidação do objeto entregue, por qualquer motivo de causa da contratada, o recolhimento do mesmo será totalmente custeado e efetuado pela mesma.

12.2.5- -As entregas devem ocorrer no almoxarifado central, Avenida Paraná, nº 407, Centro – Ortigueira/PR – CEP: 84.350-000, ou no local indicado pelo contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação.
12.2.6-O prazo poderá ser reduzido para 01 (um) dia útil, conforme a demanda e a necessidade do contratante;
12.2.7-Nas situações de urgência/emergência a entrega será imediata.

12.3 – DA GARANTIA, VALIDADE, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.3.1 -No caso de garantia do objeto, além do estabelecido na Lei n° 8.078/1990 (Código de defesa do consumidor) terá como garantia complementar no mínimo 09 (nove) meses, ou, se o descritivo do item/lote já trazer a garantia, será considerada a descrita no item/lote

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

acrescida da garantia do código de defesa do consumidor, ou seja, a garantia do item/lote mais a garantia da Lei 8.078/1990, contados a partir da entrega nas dependências do Contratante.
12.3.2-No caso de validade do objeto, estes devem ter no mínimo 12 (doze) meses, ou, se o descritivo do item /lote já trazer a validade, será considerada a descrita no item/lote contados a partir da entrega nas dependências do Contratante.
12.3.3 – Os prazos somente poderão ser reduzidos quando pela própria natureza do objeto não permitir a duração ora referida.
12.3.4 – A contratada fica ciente também da obrigação de fornecer durante o período de garantiade, às suas expensas, as alterações, substituições e reparos de todo e qualquer bem que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação.
12.3.5- No caso de manutenção e assistência técnica deslocamentos/pernoites/estadia/alimentação será por conta da contratada.
12.3.6– No período de garantia, não poderá haver cobrança de peças/acessórios e afins que fazem parte da garantia.
12.3.7-Caso seja necessária a devolução de qualquer objeto deste edital, estando fora da especificação contratada, com defeitos ou desajustes, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da notificação efetuada pelo CONTRATANTE;
12.3.8-O prazo acima de 05 (cinco) dias, poderá ser reduzido para 01 (um) dia ou de imediato nas situações de urgência/emergência.
12.3.9 – Os custos para substituição do objeto, conforme acima, serão exclusivamente da CONTRATADA.

13 – Demais condições
13.1 – No preço, deverá estar incluso todas as despesas para o fornecimento do objeto fracionado ou na sua totalidade nos termos apresentados neste instrumento, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, honorários, lucro, bonificações, impostos, encargos, além de outros custos pessoais ou empresariais que incidirem, não cabendo ao Município quaisquer ônus adicionais ou subsidiários.
13.2 – A CONTRATADA terá total responsabilidade com todos os custos, equipamentos, ferramentas e equipe técnica/pessoal habilitado para o fornecimento do objeto.
13.3- Havendo produtos/objeto desta licitação que demandem de qualificação técnica para montar/instalar, estes serão de responsabilidade da CONTRATADA entregar o produto/objeto montado no mesmo prazo da entrega.
13.4 – Todos os itens objeto deste instrumento na data da entrega deverão obrigatoriamente ser o mesmo apresentado na proposta de preços. No tocante as marcas dos produtos apresentadas pelas empresas em suas respectivas propostas estes deverão obrigatoriamente permanecer até o final da contratação, somente serão aceitas substituição das marcas mediante solicitação da proponente em tempo hábil e após aceitação do CONTRATANTE, caso contrário poderá sofrer as penalidades cabíveis.
13.5 – A contratada será responsável por toda e qualquer despesa previdenciária/fgts/encargos trabalhistas e demais exigidas na legislação vigente, isentando a contratante de qualquer acordo extrajudicial, bem como processo judicial.
13.6 – Nos casos de ação judicial de qualquer natureza, transitada em julgado, em que fique reconhecida a responsabilidade solidária ou subsidiária da contratante, esta, caso

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

seja intimada a realizar o pagamento de valores judicialmente, fica autorizada a descontar estes valores do montante a ser pago em favor da contratada.
13.7 – Em atendimentos a Legislação Trabalhista no tocante aos programas de segurança e saúde da empresa, a CONTRATADA deverá seguir:
a – PGR Programa de Gerenciamento de Riscos;
b – PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
c – Atestado de Saúde Ocupacional dos colaboradores que irão prestar os serviços ao município.
d – Fichas de entrega de cada colaborador envolvido no processo, dos EPI's – Equipamento de Proteção Individual.
e – Poderá a contratante durante a execução ou a qualquer momento na vigência da presente contratação solicitar que sejam entregue cópias dos documentos a qual se referem os itens acima.

14 – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
14.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução ou os prazos constantes poderão será prorrogados, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
14.3 – As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
14.4 – O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
14.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
14.6 – A contratada deve manter preposto aceito pela na execução do objeto.
14.7 – A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
14.8 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

15 – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 – Fiscal Técnico

15.1.1 - O fiscal técnico poderá exercer em conjunto as atribuições do fiscal administrativo, quando não existir nomeação do administrativo. Caberá ao fiscal técnico do contrato e,

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial e no couber as condições estabelecidas no decreto municipal n° 953/2024:
15.5.1.2-A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, em conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2 – Fiscal administrativo

15.2.1 – O fiscal administrativo poderá exercer em conjunto as atribuições do fiscal técnico, quando não existir nomeação do técnico. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial e no que couber as condições estabelecidas no decreto municipal n° 953/2024:
15.6.2-A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, em conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.3 – Gestor

15.3.1 – Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial e no que couber as condições estabelecidas no decreto municipal n° 953/2024.

16 – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

16.1 – Recebimento do objeto

16.1.1 – Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

16.1.2 -Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
16.1.2.1-O prazo acima de até 05 (cinco) dias, poderá ser reduzido para 01 (um) dia nas situações de urgência.
16.1.3 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (Cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



16.1.3.1-O prazo acima de até 05 (Cinco) dias úteis, poderá ser reduzido ou dispensado nos casos em que a própria natureza do objeto permitir o recebimento definitivo no ato da entrega.
16.1.4 – Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo poderá será de até 05 (Cinco) dias úteis.
16.1.4.1- O prazo acima de até 05 (Cinco) dias úteis, poderá ser reduzido ou dispensado nos casos em que a própria natureza do objeto permitir o recebimento definitivo no ato da entrega.

16.1.5 – O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16.1.6 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16.1.7 – O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

16.1.8 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16.2 – Liquidação

16.2.1 – Após o recebimento do objeto contratado, o contratante terá o prazo de até cinco dias úteis para atestar o recebimento definitivo do mesmo;
a-O recebimento definitivo poderá ser mensalmente, ou a cada entrega ou no final da contratação.
16.2.1.1- O prazo acima de até 05 (Cinco) dias úteis, poderá ser reduzido ou dispensado nos casos em que a própria natureza do objeto permitir o recebimento definitivo no ato da entrega;
a-No caso de maior complexidade o prazo acima poderá ser prorrogado por igual período.

16.2.1.2-Finalizado o prazo acima, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

16.2.1.3-O prazo de que trata o item anterior poderá reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



16.2.3 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a – o prazo de validade;

b- a data da emissão;

c – os dados do contrato e do órgão contratante;

d – o período respectivo de execução do contrato;

e – o valor a pagar; e

f – eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.2.4 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.2.5 – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, podendo ser objeto de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.6 – A Administração poderá realizar consulta para a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.2.7 – Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.2.8 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.2.9 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

16.2.10 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

16.3 – Prazo de Pagamento

16.3.1 – Após o recebimento do objeto ou prestação do serviço contratado, o contratante terá o prazo de até cinco dias úteis para atestar o recebimento definitivo do mesmo;

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



16.3.1.1- O prazo acima de até 05 (Cinco) dias úteis, poderá ser reduzido ou dispensado nos casos em que a própria natureza do objeto permitir o recebimento definitivo no ato da entrega;
16.3.1.2-Finalizado o prazo acima, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, o pagamento acontecerá em 10 (dez) dias úteis a contar da liquidação da despesa.
16.3.1.3 – O prazo de que trata o item anterior poderá ser reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;
16.3.2 – O pagamento será realizado proporcionalmente conforme empenho, nos termos e procedimentos desta contratação.
16.3.3 – Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Ortigueira, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP,
Onde: I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

16.4 – Forma de pagamento

16.4.1 – O Pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária em nome da proponente.
16.4.2 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
16.4.3 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
16.4.4 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
16.4.5 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
16.4.6 – Todos os procedimentos para pagamentos/fiscalização/prestação de contas e demais condições necessárias seguirão as normas já trazidas neste instrumento do órgão municipal bem como, nos casos de recursos estaduais e/ou federais seguirão também as

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

condições especificadas em cada termo/convênio/ajuste/acordo/contrato/instrumentos congêneres e afins.

17 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO POR ITEM].

18 – DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18.1 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a-Para todas as situações de Habilitação Jurídica do item 18.1 e seguintes – Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, sua falta não exclui a participação da licitante, podendo a critério do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação realizar a sua emissão no site competente;

18.1.1– Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

18.1.2 – No caso do MEI – O Microempreendedor Individual (MEI) deverá comprovar sua condição mediante a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, que poderá ser obtido no endereço: http://www.portaldoempreendedor.gov.br/Certificado, acompanhado do RG, CPF e documento informando o n° PIS – Programa de Integração Social.

18.1.3 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

18.1.4 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

18.1.5 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

18.2 – DAS EMPRESAS EM CONSÓRCIO

18.2.1- Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas em consórcio, que cumpram os requisitos e apresentem os documentos de habilitação estabelecidos neste edital, bem como o exigido no artigo 15 inciso da Lei 14.133/2021 conforme abaixo:

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

18.2.2-IMPEDITIVO
18.2.2.1- Está impedida empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.

18.2.3-CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRIO
18.2.3.1-O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do artigo 15 da Lei 14.133/2021.
a-O grupo de empresas que, após vencedor, não formar o consorcio, todas as empresas participantes daquele, podem sofrer as sanções e penalidades deste edital e da Lei 14.133/2021.

18– DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS

18.3.1 – No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.4 – DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

18.4.1 – Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, (quando a natureza do objeto do estatuto ou afins permitir sua participação).

18.4.2 – No caso da Cooperativa, somente poderá participar quando a atividade/estatuto/ natureza do objeto assim o permitir e cumprir os termos do artigo 16 da Lei n° 14.133/2021.

18.4.3 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.5 – DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

18.5.1-Considerando o objeto a ser contratado, não haverá exigência de qualificação técnica.

18.6 – DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



18.6.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Unificada Negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, nos termos da Portaria MF n° 358 de 05 de setembro de 2014.

18.6.2 – Nos casos em que a empresa ainda possuir as certidões separadas do INSS e Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, poderá ser apresentada normalmente, porém constatado a irregularidade nas mesmas a (s) licitante (s), deverá obrigatoriamente apresentar o exigido acima.

18.6.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicilio ou sede da proponente.

18.6.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos em Geral, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.6.5 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade Fiscal com FGTS, ou outro equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

18.6.6 – Prova de regularidade relativa a débitos trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CNDT) com TST conforme a Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011 (DOU de 08/07/2011), ou outra equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

18.7 – DA HABILITAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

18.7.1 – Conforme a natureza jurídica:

a – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
b – Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante quando tratar-se de sociedade simples.

18.8 – ÍNDICES E DEMAIS

18.8.1 – Não será necessário apresentação de balanço patrimonial e afins para esta contratação.

18.9 – DECLARAÇÕES

18.9.1 – Declaração do licitante a serem apresentadas juntamente com os documentos de habilitação ANEXO II:
a- Indoneidade;

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



b – Afirmação da veracidade dos documentos apresentados;
c – Sujeição aos termos deste Edital;
d – Cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
e – Não possuir vínculo nos termos do artigo 14 da Lei 14.133/2021;
f – Cumpre as e,xigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência;
e – Que as propostas econômicas compreendem os custos dos direitos trabalhistas e afins.

18.10- DA MICRO, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MEI, COOPERATIVAS E DEMAIS ENQUADRADAS NESTA CONDIÇÃO

18.10.1 – A microempresa, empresa de pequeno porte, MEI, cooperativas e demais enquadradas nesta condição que desejarem participar do certame para o tratamento diferenciado com os benefícios da LC 123/06 alterada pela LC 147/2014, deverão declarar essa situação junto ao sistema/plataforma no campo específico. Hipótese em que para fins deste edital serão identificadas como ME e EPP.
18.10.2 – O exigido acima deverá ser comprovado por meio de:
a – Declaração de que se enquadra na condição de microempresa, empresa de pequeno porte, MEI, cooperativas e demais enquadradas nesta condição, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo, podendo utilizar do modelo ANEXO II.1;
b – Conforme artigo 4º, § 2º da Lei 14.133/2021 – Declaração que, no ano-calendário da realização desta licitação, ainda não tem celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, podendo utilizar do modelo ANEXO II.1;
b.1 – Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no artigo 4º da Lei 14.133/2021.
18.10.3 – Nos casos em que for comprovado que a empresa participante declarando sua situação de Micro e Empresa de Pequeno Porte, MEIs, cooperativas e fins, não está enquadrada como Micro e Empresa de Pequeno Porte, MEIs, cooperativas e afins, será automaticamente desclassificada sem prejuízo das sanções e penalidades nos termos deste edital e legislação vigente.
18.10.4 – A ausência dos documentos e comprovação acima para ME/EPP/MEI e demais enquadradas nesta condição não impedirá sua participação nesta licitação, logo, não poderá usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, podendo inclusive insejar em aplicação de sanções/penalidades e afins, conforme este edital e as previsões da Lei 14.133/2021.
18.10.5 – Havendo restrição na documentação fiscal e trabalahista, nos casos de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, MEI, cooperativas e demais enquadradas nesta condição, amparadas pela LC 123/06 e alterado pela LC 147/14, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a apresentação dos comprovantes de regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito de contratação.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

18.11-CONSULTA CEIS, CNEP E TCE-PR

18.11.1-Será consultado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e Cadastro de Impedidos de Contratar – TCE-PR.
18.11.2-Havendo impedimento que impossibilite a participação do licitante, o mesmo será inabilitado.

18.12- REGRAS DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS

18.12.1- Todas as regras/condições e afins para habilitação, qualificação técnica e propostas serão abordadas no edital.

19 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

19.1 – O regime de execução será empreitada por preço unitário.

20 – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

20.1 – O critério de aceitabilidade de preços será conforme edital

21 – DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1 – O custo total estimado desta contratação é de R$ 3.016.428,07 (três milhões, dezesseis mil, quatrocentos e vinte e oito reais e sete centavos) logo, os documentos que compõe os valores para obtenção do valor estimado desta contratação constam nos autos do processo.

22 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 – As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos da rubrica orçamentária constante no orçamento atual e próximo, em especial e sem limitar:

02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.30.00
03.001.02.062.0002.2003.3.3.90.30.00
04.001.04.122.0002.2004.3.3.90.30.00
04.001.04.122.0002.2095.3.3.90.30.00
05.001.04.123.0002.2006.3.3.90.30.00
06.001.04.122.0002.2007.3.3.90.30.00
07.001.04.122.0002.1024.3.3.90.30.00
07.001.26.782.0005.2008.3.3.90.30.00
08.001.12.361.0006.2010.3.3.90.30.00
08.001.12.361.0006.2015.3.3.90.30.00
08.001.12.361.0006.2018.3.3.90.30.00
08.001.12.365.0006.2019.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2025.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2028.3.3.90.30.00

09.004.10.301.0010.2031.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2046.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2054.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2083.3.3.90.30.00
09.004.10.302.0010.2052.3.3.90.30.00
09.004.10.302.0010.2072.3.3.90.30.00
09.004.10.302.0010.2082.3.3.90.30.00
09.004.10.303.0010.2084.3.3.90.30.00
09.004.10.305.0010.2027.3.3.90.30.00
09.004.10.305.0010.2097.3.3.90.30.00
10.002.08.243.0012.6001.3.3.90.30.00
10.002.08.243.0012.6007.3.3.90.30.00
10.002.08.243.0012.6008.3.3.90.30.00
10.002.08.243.0012.6014.3.3.90.30.00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



10.003.08.122.0003.2063.3.3.90.30.00	12.002.13.392.0004.2047.3.3.90.30.00
10.003.08.122.0003.2109.3.3.90.30.00	13.001.04.122.0007.2043.3.3.90.30.00
10.003.08.122.0003.2110.3.3.90.30.00	13.001.20.608.0007.2044.3.3.90.30.00
10.003.08.122.0003.2111.3.3.90.30.00	13.001.20.608.0007.2064.3.3.90.30.00
10.003.08.243.0003.2105.3.3.90.30.00	14.001.04.122.0002.2089.3.3.90.30.00
10.003.08.245.0003.2107.3.3.90.30.00	14.002.04.122.0002.1024.3.3.90.30.00
10.003.08.245.0003.2108.3.3.90.30.00	14.002.15.451.0005.2009.3.3.90.30.00
10.005.08.241.0003.2037.3.3.90.30.00	15.001.04.122.0002.2090.3.3.90.30.00
10.005.08.245.0003.2104.3.3.90.30.00	16.001.04.122.0002.2091.3.3.90.30.00
11.001.18.541.0008.2040.3.3.90.30.00	17.001.04.122.0002.2092.3.3.90.30.00
11.003.04.122.0008.1115.3.3.90.30.00	17.002.04.122.0004.2023.3.3.90.30.00
11.003.17.512.0008.2041.3.3.90.30.00	17.002.13.392.0004.2077.3.3.90.30.00
11.003.18.542.0008.2065.3.3.90.30.00	17.002.13.392.0004.2079.3.3.90.30.00
12.001.04.122.0009.2042.3.3.90.30.00	17.003.27.812.0004.2071.3.3.90.30.00
12.002.04.122.0004.2093.3.3.90.30.00	17.003.27.813.0004.2024.3.3.90.30.00

23 – FISCAIS

23.1- Considerando que a licitação envolve outras Secretarias Municipais, o fiscal da Secretaria Municipal de Ação Social será Rogerio Duchinski; da Secretaria Municipal de Administração será Luiz Gustavo Pincelli Siqueira; Secretaria Municipal de Agricultura será Agnaldo Telles da Silva; da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano será Carlos Adalberto Vieira Junior; Secretaria Municipal de Educação será Lívia Lie Sato Antonesco; da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura será Maria Ferreira Leite Carneiro; da Secretaria Municipal de Finanças será Alexsandro João Botelho; da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo será Luiz Gustavo Pincelli Siqueira; Secretaria Municipal de Meio Ambiente será Ivan Gonçalves Borges de Moraes; da Secretaria Municipal de Obras e Transportes será Gustavo Libanori Victor; da Secretaria Municipal de Saúde será Murilo Antonio Zanutto Marinho. Logo, o objeto poderá ser recebido por apenas 01 (um) fiscal aqui listado independente da secretaria requisitante.

24 – LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO UNIFICADA

24.1- Esta contratação servirá para atender as demandas de diversas Secretarias Municipais conforme ETP e DFD da Secretaria Municipal de desenvolvimento Urbano, os quais encontra-se apensados neste procedimento.

Nome: Gustavo Libanori Victor
Servidor

Marcos Antônio de Quadros
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



ANEXO II

Dados da empresa proponente

Ao Pregoeiro Municipal de Ortigueira.
PREGÃO ELETRÔNICO nº 112/2026

DECLARAÇÃO

A empresa _____ com sede na Rua _____ _____, cidade de _____, CPNJ n.º _____, neste ato por seu responsável Sr.(a) _____, **DECLARA** que:

- Assume inteira responsabilidade pela veracidade dos documentos apresentados;
- Se sujeita a todas as exigências, especificações e termos estabelecidos neste Edital e seus anexos**,** bem como, sob as penas cabíveis, declara que;
- Não fomos considerados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e não há qualquer impedimento para participar desta licitação;
- Cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, relativamente ao trabalho do menor;
- Cumpriu plenamente os requisitos de habilitação, conforme exigidos pelo Edital em referencia;
- Que não mantenho vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, artigo 14 da Lei Federal n° 14.133/2021;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



- A proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- Declara as seguintes responsabilidades:

RESPONÁVEL POR ASSINAR O CONTRATO:
NOME:
CPF:
RG:
ORGÃO EMISSOR:
ENDEREÇO:
CIDADE:
CEP:
FONE:
E-mail:
COMUNICAÇÃO
FONE GERAL:
FONE PARA ENVIAR EMPENHOS:
E-mail PARA ENVIO DO CONTRATO/ATAS:
OUTRO TELEFONE QUE CONSIDERAR NECESSÁRIO
CONTA XXXX AGÊNCIA XXXXX BANCO XXXXXXX

_____, em _____ de _____ de 2026
(nome e assinatura do responsável da proponente)

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

ANEXO II.1

Dados da empresa proponente

Ao Pregoeiro Municipal de Ortigueira.
PREGÃO ELETRÔNICO nº 112/2026

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUNENO PORTE, MEI

A empresa _____ com sede na Rua _____ _____, cidade de _____, CPNJ n.º _____, neste ato por seu responsável Sr.(a) _____, **DECLARA** que:

a-Se enquadra na condição de microempresa, empresa de pequeno porte, MEI e demais enquadradas nesta condição, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo;

b-Conforme artigo 3º, § 2º da Lei 14.133/2021**–** no ano-calendário da realização desta licitação, ainda não tem celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

b.1-Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos no artigo 4º da Lei 14.133/2021;

_____, em _____ de _____ de 2026

_____
(nome e assinatura do representante legal da proponente)

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

ANEXO III

Obs: Este modelo de proposta de preços será apresentado quando da finalização do certame etapa de lances e solicitado a documentação de habilitação.
Nota: Todos os dados para contato deverão ser pessoais da empresa, não podendo ser entregue dados de terceiros alheios a contratação, como por exemplo, o Escritório de Contabilidade da empresa. Devendo conter no mínimo os seguintes dados atualizados: Nome da empresa, CNPJ, Endereço Completo, e-mail, Telefone.
Obs: Caso não seja apresentado os dados atualizados da proponente, este órgão não será responsável do não recebimento de solicitação de produtos, envio de empenhos, notificações e afins.
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO:
CIDADE:
CEP:
FONE:
e-mail:
RESPONÁVEL POR ASSINAR O CONTRATO:
NOME:
CPF:
RG:
ORGÃO EMISSOR:
ENDEREÇO:
CIDADE:
CEP:
FONE:
E-mail:
COMUNICAÇÃO
FONE GERAL:
FONE PARA ENVIAR EMPENHOS:
E-mail PARA ENVIO DO CONTRATO/ATAS:
OUTRO TELEFONE QUE CONSIDERAR NECESSÁRIO:
CONTA XXXX AGÊNCIA XXXXX BANCO XXXXXXX

Informamos que, com relação ao item ‘COMUNICAÇÃO” no caso da empresa consagrar-se vencedora os CONTRATOS E ATAS serão encaminhadas para o e-mail indicado e que a empresa se declara ciente que disporá de 05 (Cinco) dias úteis para envio de duas vias dos CONTRATOS E ATAS devidamente assinadas. Informamos, ainda, que havendo omissão por parte da empresa, no prazo estipulado, ensejará

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



RENÚNCIA do direito contratar com a administração, gerando, por conseqüência, abertura de Processo Administrativo, com aplicação de sanções previstas nesta contratação e na Lei 14.133/2021.

Modelo de PROPOSTA COMERCIAL

Pela presente, apresentamos nossa Proposta Comercial para o fornecimento dos itens abaixo descritos, conforme termos do Edital de **Pregão Eletrônico nº 112/2026.**

Xxxxxxxxxxxx

1 - A PROPONENTE DECLARA SOB AS PENALIDADES DA LEI QUE:

a - A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

b - A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pela LICITANTE, e que o conteúdo da proposta não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

c - A intenção de apresentar proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

d - Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a participar ou não da referida licitação.

e - Que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação.

f - Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer servidor do Município de Ortigueira antes da abertura oficial das propostas e;

g - Que está plenamente ciente do firmá-la.

TODOS OS PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTOS/FISCALIZAÇÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS E DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS SEGUIRÃO AS NORMAS já trazidas neste instrumento do órgão MUNICIPAL bem como, nos casos de recursos ESTADUAIS E/OU FEDERAIS SEGUIRÃO também as condições especificadas em cada termo/convênio/ajuste/acordo/contrato/instrumentos congêneres e afins.

VALIDADE DA PROPOSTA: **xx** (mínimo 60 dias corridos)

FORMA DE PAGAMENTO: de acordo com o contido no edital.

xxxxxxxxxxxxxx, em xx de xxxxxxxxxxx de xxxx

nome e assinatura do responsável da proponente

Nota: A Proposta Comercial deverá conter os dados desse modelo, e ser redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais proponentes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xxx/2026

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, nas dependências do órão contratante, inscrita no CNPJ xxxxxxxxxxxxxxx, com endereço:XXXXXXXXXXX, na cidade de xxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo ordenador, XXXXXXXXXXXX, portador da cédula de identidade XXXXXXXXXXXX, e inscrito no CPF:XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na cidade de xxxxxxxxx, estado do Paraná, nos termos da Lei 14.133/2021 alterações, Decretos Municipais, suas atualizações e das demais normas legais aplicáveis, considerando o resultado do Pregão Eletrônico xxx/2026, Homologado em xx/xx/2026, integrante do Processo Administrativo XXX/2026, por deliberação do Pregoeiro Designado, resolve registrar os preços da empresa XXXXXXXXX , CNPJ xxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxx representada por xxxxxxxxxxxxxxxxx, Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxx observada as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas clausulas que seguem:

1 - DO OBJETO

1.1 – A presente ATA tem por objeto **O Registro de Preços para futura aquisição de materiais de construção diversos, tais como, materiais elétricos, hidráulicos, portas e afins, mangueiras, parafusos, telhas, tijolos, poste, cimento, ferragens, pisos, cisterna de água entre outros para esta municipalidade**, para atender as necessidades do órgão contratante por XX meses, consoante as seguintes especificações e precificacação descrito no “DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS:

2 – DA PLANILHA QUANTITATIVA, ESPECIFICAÇÕES, VALOR OU PERCENTUAL E DEMAIS

2.1 - A planilha de quantitativo, especificações, valor ou percentual e demais, constam anexo “DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS” deste instrumento, inclusive o cadastro reserva quando houver.

2.2 – O regime de execução desta contratação será por preço unitário.

3 – DA VINCULAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 – Estão vinculados a esta contratação:
a -Termo de referência.
b - Edital da Licitação em sua integralidade bem como, seus anexos.
c - Proposta de Preços da empresa vencedora.
d - Eventuais anexos dos coumentos supracitados.

4 – DA NATUREZA DO OBJETO

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

4.1 - O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

5 - DO FORNECIMENTO

5.1-Este objeto não é considerado fornecimento contínuo, conforme Estudo Técnico Preliminar.

6 - O PRAZO DA CONTRATAÇÃO

6.1-O prazo desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado nos termo do artigo 105 da Lei 14.133/2021.
6.2-O prazo de vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogado por igual período, bem como restabelecendo seu quantitativo inicial ou parcial, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Decreto Municipal n° 1241/2025.

7 - DA FACULDADE DE CONTRATAÇÃO
7.1-A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante compromitente detentora do registro.
7.2-A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a Compromitente assume o compromisso de atender durante a validade (prazo de vigência), os empenhos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as entregas solicitadas.
7.3-O Órgão Gerenciador poderá realizar o monitoramento de preços registrados através de pesquisa de preços, consulta aos bancos de dados que contém os preços do objeto, troca de informações com outras instituições, cotações e licitações para comparação dos valores unitários e globais.

8 – DO ÓRGÃO GERENCIADOR
1.8.1-O órgão gerenciador deste registro de preços será a Prefeitura Municipal de Ortigueira, além do gerenciador não há outros participantes.

9 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1-Não haverá adesão.

10 - DO LIMITE PARA AS ADESÕES
1.10.1-Não haverá adesão.

11 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS
11.1-Não haverá remanejamento, haja vistas que não há participantes nesta contratação.
12 – DO CADASTRO RESERVA

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

12.1 – Quando este órgão optar por cadastro reserva, poderá ser incluso na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

a - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação conforme apontado no sistema/plataforma utilizada por este órgão; e,

b - dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

c - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.3 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua propostas original.

12.4 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou,

b - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

12.5 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá;

a - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b - adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.6 - Nos casos em que este órgão optar por não realizar o cadastro reserva, serão convocados os remanescentes na ordem de classifiacação para obtenção do melhor preço, nos termos deste edital.

13 – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1- Para este objeto não é permitida a subcontratação, uma vez que, comprendeu-se que empresas do ramo detêm as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente executar o objeto, isto é, o objeto deste processo não possui complexidade ou características de execução que justifiquem admitir a subcontratação. Ademais, a vedação da subcontratação total da solução proposta é justificada pela necessidade de manter um controle efetivo sobre a qualidade, prazos e segurança da execução do projeto, garantindo a integralidade das responsabilidades da contratada principal.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



14 – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

1.14.1-Não haverá exigência da garantia da contratação trazidas nos artigos 96 e seguintes da Lei n° 14.133/2021, conforme definido no estudo técnico preliminar.

15 – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 – Da solicitação

15.1.1 – As solicitações em geral (compras) feitas pelo CONTRATANTE, e serão formalizadas através de "Nota Empenho", Autorização de Fornecimento e será levado a efeito por meio de e-mail ou outro meio disponível ao CONTRATADO, e, o fornecimento deverá ser realizados por profissionais e por meios habilitados, mediante solicitação com indicação dos quantitativos pela Secretaria Municipal requisitante, emitido pelo Departamento Competente do Contratante.
15.1.2 – Quando do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento via e-mail ou por qualquer ou meio eletrônico, bem como pessoalmente, fica a contratada desde já ciente da solicitação.
15.1.3 – O contratante utilizará os dados apresentados pela contratada na documentação apresentada no certame licitatório para comunicação das solicitações e demais comunicações, devendo a contratada atualizar os dados cadastrais junto ao contratante;
15.1.4 – Havendo alteração de dados cadastrais pela contratada sem aviso prévio ao Contratante, poderá haver aplicação de sanções/penalidades cabíveis.
15.1.5 – O CONTRATANTE realizará a aquisição do objeto deste edital conforme demanda, necessidade ou disponibilidade de recursos orçamentários.

15.2 – Do prazo da execução do objeto e demais

12.2.1 – O fornecimento do objeto deverá ocorrer, sem qualquer custo adicional, sempre no horário de expediente normal, e, em dias úteis.
15.2.2 – Em relação às entregas do objetos licitados, não serão aceitas como justificativas para o descumprimento das obrigações ajustadas as opções de Gestão próprias das contratadas, como férias coletivas, possuírem um único fornecedor, redução de pessoal, redução de material, opção de logística, escolha de rota de entrega e outros.
15.2.3 – Impedimentos referentes a terceiros alheios a contração, igualmente, não serão aceitos como justificativa para inadimplência na entrega.
15.2.4 – No fornecimento, caso não haver a liquidação do objeto entregue, por qualquer motivo de causa da contratada, o recolhimento do mesmo será totalmente custeado e efetuado pela mesma.

15.2.5- As entregas devem ocorrer no local indicado pela Secretaria requisitante, podendo ser no perímetro urbano ou no interior deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação, independente da quantidade solicitada;
15.2.5.1-O prazo poderá ser reduzido para 01 (um) dia útil, conforme a demanda e a necessidade do contratante;
15.2.5.2-Nas situações de urgência/emergência a entrega será imediata.

15.2.6-Da fiscalização

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

15.2.6.1- Considerando que a licitação envolve outras Secretarias Municipais, o fiscal da Secretaria Municipal de Ação Social será Rogerio Duchinski; da Secretaria Municipal de Administração será Luiz Gustavo Pincelli Siqueira; Secretaria Municipal de Agricultura será Agnaldo Telles da Silva; da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano será Carlos Adalberto Vieira Junior; Secretaria Municipal de Educação será Lívia Lie Sato Antonesco; da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura será Maria Ferreira Leite Carneiro; da Secretaria Municipal de Finanças será Alexsandro João Botelho; da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo será Luiz Gustavo Pincelli Siqueira; Secretaria Municipal de Meio Ambiente será Ivan Gonçalves Borges de Moraes; da Secretaria Municipal de Obras e Transportes será Gustavo Libanori Victor; da Secretaria Municipal de Saúde será Murilo Antonio Zanutto Marinho. Logo, o objeto poderá ser recebido por apenas 01 (um) fiscal aqui listado independente da secretaria requisitante.

.

15.3 – DA GARANTIA, VALIDADE, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

15.3.1 -No caso de garantia do objeto, além do estabelecido na Lei n° 8.078/1990 (Código de defesa do consumidor) terá como garantia complementar no mínimo 09 (nove) meses, ou, se o descritivo do item/lote já trazer a garantia, será considerada a descrita no item/lote acrescida da garantia do código de defesa do consumidor, ou seja, a garantia do item/lote mais a garantia da Lei 8.078/1990, contados a partir da entrega nas dependências do Contratante.

15.3.2-No caso de validade do objeto, estes devem ter no mínimo 12 (doze) meses, ou, se o descritivo do item /lote já trazer a validade, será considerada a descrita no item/lote contados a partir da entrega nas dependências do Contratante.

15.3.3 – Os prazos somente poderão ser reduzidos quando pela própria natureza do objeto não permitir a duração ora referida.

15.3.4 – A contratada fica ciente também da obrigação de fornecer durante o período de garantiade, às suas expensas, as alterações, substituições e reparos de todo e qualquer bem que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação.

15.3.5- No caso de manutenção e assistência técnica deslocamentos/pernoites/estadia/alimentação será por conta da contratada.

15.3.6– No período de garantia, não poderá haver cobrança de peças/acessórios e afins que fazem parte da garantia.

15.3.7-Caso seja necessária a devolução de qualquer objeto deste edital, estando fora da especificação contratada, com defeitos ou desajustes, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da notificação efetuada pelo CONTRATANTE;

15.3.8-O prazo acima de 05 (cinco) dias, poderá ser reduzido para 01 (um) dia ou de imediato nas situações de urgência/emergência.

15.3.9 – Os custos para substituição do objeto, conforme acima, serão exclusivamente da CONTRATADA.

15.4 – Demais condições

15.4.1 – No preço, deverá estar incluso todas as despesas para o fornecimento do objeto fracionado ou na sua totalidade nos termos apresentados neste instrumento, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, honorários, lucro, bonificações, impostos,

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

encargos, além de outros custos pessoais ou empresariais que incidirem, não cabendo ao Município quaisquer ônus adicionais ou subsidiários.
15.4.2 – A CONTRATADA terá total responsabilidade com todos os custos, equipamentos, ferramentas e equipe técnica/pessoal habilitado para o fornecimento do objeto.
15.4.3- Havendo produtos/objeto desta licitação que demandem de qualificação técnica para montar/instalar, estes serão de responsabilidade da CONTRATADA entregar o produto/objeto montado no mesmo prazo da entrega.
15.4.4 – Todos os itens objeto deste instrumento na data da entrega deverão obrigatoriamente ser o mesmo apresentado na proposta de preços. No tocante as marcas dos produtos apresentadas pelas empresas em suas respectivas propostas estes deverão obrigatoriamente permanecer até o final da contratação, somente serão aceitas substituição das marcas mediante solicitação da proponente em tempo hábil e após aceitação do CONTRATANTE, caso contrário poderá sofrer as penalidades cabíveis.
15.4.5 – A contratada será responsável por toda e qualquer despesa previdenciária/fgts/encargos trabalhistas e demais exigidas na legislação vigente, isentando a contratante de qualquer acordo extrajudicial, bem como processo judicial.
13.4.6 – Nos casos de ação judicial de qualquer natureza, transitada em julgado, em que fique reconhecida a responsabilidade solidária ou subsidiária da contratante, esta, caso seja intimada a realizar o pagamento de valores judicialmente, fica autorizada a descontar estes valores do montante a ser pago em favor da contratada.
13.4.7 – Em atendimentos a Legislação Trabalhista no tocante aos programas de segurança e saúde da empresa, a CONTRATADA deverá seguir:
a – PGR Programa de Gerenciamento de Riscos;
b – PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
c – Atestado de Saúde Ocupacional dos colaboradores que irão prestar os serviços ao município.
D – Fichas de entrega de cada colaborador envolvido no processo, dos EPI's – Equipamento de Proteção Individual.
E – Poderá a contratante durante a execução ou a qualquer momento na vigência da presente contratação solicitar que sejam entregue cópias dos documentos a qual se referem os itens acima.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1 – Contratante

16.1.1 – Além das responsabilidades do contratante contidas na Lei n° 14.133/2021 deve, efetuar o pagamento do objeto/quantitativo efetivamente contratado, de acordo com cada empenho;
16.1.2 – Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a serem solicitadas pela contratada, no sentido de proporcionar todas as condições para que a licitante possa desempenhar a execução do objeto, dentro das normas desta contratação;
16.1.3 – Acompanhar e fiscalizar a contratação podendo sustar, mandar fazer ou desfazer qualquer objeto quando o mesmo não estiver dentro das normas e especificações,

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

comunicando a Compromitente as irregularidades observadas na execução do objeto desta contratação;

16.1.4 – Solicitar o objeto conforme a programação, por intermédio do CONTRATANTE, bem assim solicitar reparação ou devolver o objeto que estiver fora da especificação contratada, com defeito ou desajuste;

16.1.5 – Permitir o acesso dos funcionários da contratada, às dependências do CONTRATANTE, para cumprimento do objeto contratado.

16.1.6 – Caso necessário solicitar as certidões negativas e demais procedimentos.

16.1.7 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

16.1.8 – Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

16.1.9 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

16.1.10 – A administração terá o prazo de máximo 30 (Trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16.1.11 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

16.1.12 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

16.1.13 – O Contratante providenciará a devida destinação das embalagens utilizadas no consumo.

16.2 – Contratada

16.2.1 – Além das responsabilidades da contratada trazidas na Lei n° 14.133/2021, deve, cumprir fielmente, os compromissos avençados, de forma que o cumprimento do objeto seja realizado com esmero e perfeição, e, solucionar os problemas que porventura venham a surgir, não cabendo ao Contratante quaisquer ônus adicionais.

16.2.2 – Ser responsável por todas as despesas inerentes ao objeto contratado, inclusive as de pagamento com eventuais acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, aqui entendido, quaisquer envolvidos, responsabilizando-se também por danos a terceiros; impostos, encargos, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com o objeto desta contratação.

16.2.3 – Ser responsável pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta contratação, não excluindo ou

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento por parte do Órgão Administrador.

16.2.4 – A inadimplência da Contratada com referência aos tributos, não transfere ao contratante a responsabilidade por seu pagamento.

16.2.5 – Fornecer o objeto nas condições estipuladas neste, mediante a nota de empenho do Contratante, efetivando controle do fornecimento do objeto conforme o caso, através de relatório.

16.2.6 – Considerar pelo preço ajustado, os valores das despesas decorrentes do custo do objeto respectivo e da manutenção do prazo de garantia, e ainda, caso seja necessária a sua posterior devolução ou reparação, se estiver fora de especificação contratada, com defeitos, desajustes e afins.

16.2.7 – Ao valor unitário ou total estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos e quaisquer despesas de responsabilidade da Compromitente que decorram do objeto e seu fornecimento fracionado, sem qualquer outro ônus para o Órgão Administrador.

16.2.8 – Manter as condições de habilitação, duante o período da contratação, incluindo suas renovações quando houver.

16.2.9 – Sujeitar-se às disposições do Código de Proteção do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

16.2.10 – Nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, é vedado ao contratado, fazer contratações nos impedimentos ali trazidos.

16.2.11 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

16.2.12 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

m-Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

16.2.13 – Comunicar ao Fiscal do contrato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

16.2.14 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.15 -Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

16.2.16 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

16.2.17 – Comprovar quando solicitado a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).
16.2.18 – Além dos critérios de sustentabilidade/impacto ambiental eventualmente inseridos na descrição do objeto ou que já fazem parte da fabricação do mesmo, devem ser observados as Contratações Sustentáveis, conforme a nova Lei de Licitação nº 14.133/21 e Guia Nacional de Sustentabilidade;
16.2.19 – A Contratada deve utilizar práticas e materiais sustentáveis sempre que possível, adotando medidas para promover eficiência energética, uso responsável dos recursos naturais e redução do impacto ambiental.
16.2.20 – A Contratada deve se atentar com o correto descarte de materiais e resíduos.
16.2.21 – A Contratada deverá priorizar materiais e tecnologias sustentáveis, com baixo consumo de energia, baixa emissão de gases poluentes, menor impacto ambiental durante a produção e descarte.
16.2.21 – Cumprir, os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal

17 – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

17.1 – Recebimento do objeto

17.1.1 – Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

17.1.2 -Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
17.1.2.1-O prazo acima de até 05 (cinco) dias, poderá ser reduzido para 01 (um) dia nas situações de urgência.
17.1.3 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (Cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
17.1.3.1-O prazo acima de até 05 (Cinco) dias úteis, poderá ser reduzido ou dispensado nos casos em que a própria natureza do objeto permitir o recebimento definitivo no ato da entrega.
17.1.4 – Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo poderá será de até 05 (Cinco) dias úteis.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

17.1.4.1- O prazo acima de até 05 (Cinco) dias úteis, poderá ser reduzido ou dispensado nos casos em que a própria natureza do objeto permitir o recebimento definitivo no ato da entrega.

17.1.5 – O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

17.1.6 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

17.1.7 – O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

17.1.8 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

17.2 – Liquidação

17.2.1 – Após o recebimento do objeto contratado, o contratante terá o prazo de até cinco dias úteis para atestar o recebimento definitivo do mesmo;
a-O recebimento definitivo poderá ser mensalmente, ou a cada entrega ou no final da contratação.
17.2.1.1- O prazo acima de até 05 (Cinco) dias úteis, poderá ser reduzido ou dispensado nos casos em que a própria natureza do objeto permitir o recebimento definitivo no ato da entrega;
a-No caso de maior complexidade o prazo acima poderá ser prorrogado por igual período.

17.2.1.2-Finalizado o prazo acima, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

17.2.1.3-O prazo de que trata o item anterior poderá reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.3 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a – o prazo de validade;

b – a data da emissão;

c – os dados do contrato e do órgão contratante;

d – o período respectivo de execução do contrato;

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



e – o valor a pagar; e

f – eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.2.4 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

17.2.5 – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, podendo ser objeto de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.6 – A Administração poderá realizar consulta para a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

17.2.7 – Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

17.2.8 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.2.9 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

17.2.10 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

17.3 – Prazo de Pagamento

17.3.1 – Após o recebimento do objeto ou prestação do serviço contratado, o contratante terá o prazo de até cinco dias úteis para atestar o recebimento definitivo do mesmo;
17.3.1.1- O prazo acima de até 05 (Cinco) dias úteis, poderá ser reduzido ou dispensado nos casos em que a própria natureza do objeto permitir o recebimento definitivo no ato da entrega;
17.3.1.2-Finalizado o prazo acima, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, o pagamento acontecerá em 10 (dez) dias úteis a contar da liquidação da despesa.
17.3.1.3 – O prazo de que trata o item anterior poderá ser reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



17.3.2 – O pagamento será realizado proporcionalmente conforme empenho, nos termos e procedimentos desta contratação.
17.3.3 – Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Ortigueira, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP,
Onde: I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

17.4 – Forma de pagamento

17.4.1 – O Pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária em nome da proponente.
17.4.2 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
17.4.3 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
17.4.4 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
17.4.5 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
18.4.6 -Todos os procedimentos para pagamentos/fiscalização/prestação de contas e demais condições necessárias seguirão as normas já trazidas neste instrumento do órgão municipal bem como, nos casos de recursos estaduais e/ou federais seguirão também as condições especificadas em cada termo/convênio/ajuste/acordo/contrato/instrumentos congêneres e afins.

18 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos da rubrica orçamentária constante no orçamento atual e próximo, em especial e sem limitar:

02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.30.00
03.001.02.062.0002.2003.3.3.90.30.00

04.001.04.122.0002.2004.3.3.90.30.00
04.001.04.122.0002.2095.3.3.90.30.00

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

05.001.04.123.0002.2006.3.3.90.30.00
06.001.04.122.0002.2007.3.3.90.30.00
07.001.04.122.0002.1024.3.3.90.30.00
07.001.26.782.0005.2008.3.3.90.30.00
08.001.12.361.0006.2010.3.3.90.30.00
08.001.12.361.0006.2015.3.3.90.30.00
08.001.12.361.0006.2018.3.3.90.30.00
08.001.12.365.0006.2019.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2025.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2028.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2031.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2046.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2054.3.3.90.30.00
09.004.10.301.0010.2083.3.3.90.30.00
09.004.10.302.0010.2052.3.3.90.30.00
09.004.10.302.0010.2072.3.3.90.30.00
09.004.10.302.0010.2082.3.3.90.30.00
09.004.10.303.0010.2084.3.3.90.30.00
09.004.10.305.0010.2027.3.3.90.30.00
09.004.10.305.0010.2097.3.3.90.30.00
10.002.08.243.0012.6001.3.3.90.30.00
10.002.08.243.0012.6007.3.3.90.30.00
10.002.08.243.0012.6008.3.3.90.30.00
10.002.08.243.0012.6014.3.3.90.30.00
10.003.08.122.0003.2063.3.3.90.30.00
10.003.08.122.0003.2109.3.3.90.30.00
10.003.08.122.0003.2110.3.3.90.30.00

10.003.08.122.0003.2111.3.3.90.30.00
10.003.08.243.0003.2105.3.3.90.30.00
10.003.08.245.0003.2107.3.3.90.30.00
10.003.08.245.0003.2108.3.3.90.30.00
10.005.08.241.0003.2037.3.3.90.30.00
10.005.08.245.0003.2104.3.3.90.30.00
11.001.18.541.0008.2040.3.3.90.30.00
11.003.04.122.0008.1115.3.3.90.30.00
11.003.17.512.0008.2041.3.3.90.30.00
11.003.18.542.0008.2065.3.3.90.30.00
12.001.04.122.0009.2042.3.3.90.30.00
12.002.04.122.0004.2093.3.3.90.30.00
12.002.13.392.0004.2047.3.3.90.30.00
13.001.04.122.0007.2043.3.3.90.30.00
13.001.20.608.0007.2044.3.3.90.30.00
13.001.20.608.0007.2064.3.3.90.30.00
14.001.04.122.0002.2089.3.3.90.30.00
14.002.04.122.0002.1024.3.3.90.30.00
14.002.15.451.0005.2009.3.3.90.30.00
15.001.04.122.0002.2090.3.3.90.30.00
16.001.04.122.0002.2091.3.3.90.30.00
17.001.04.122.0002.2092.3.3.90.30.00
17.002.04.122.0004.2023.3.3.90.30.00
17.002.13.392.0004.2077.3.3.90.30.00
17.002.13.392.0004.2079.3.3.90.30.00
17.003.27.812.0004.2071.3.3.90.30.00
17.003.27.813.0004.2024.3.3.90.30.00

19 – DAS ALTERAÇÕES

19.1 - As alterações deverão ser realizadas por meio de aditivos ou conforme o caso, por simples apostilamento conforme o Artigo 136 da Lei 14.133/2021.

19.2 - Acréscimo Quantitativo

19.2.1 - Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

19.3 - Do Reajuste de Preços na Ata de Registro de Preços

19.3.1 – O preço inicialmente contratado somente será reajustado após um ano contado da data do orçamento estimado.
19.3.2 – Após o interregno mínimo de um ano e independente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

atualização IGP-M ou INPC ou IPCA, com dada base vinculada à data do orçamento estimado, aplicando-se àquele o qual for menor;
19.3.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
19.3.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
19.3.5 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
19.3.6 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
19.3.7 – Caso do valor do resjuste fique acima de patamar do preço de mercado, o mesmo, poderá negociado entre as partes para adequar do valor.

19.4 - Negociação de Preços Registrados

19.4.1 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
19.4.1.2 - Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
19.4.1.3 - Havendo a liberação do fornecedor, nos termos acima, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
19.4.1.3.1- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação.
19.4.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, conforme exposto neste instrumento, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
19.4.1.5 - Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado as condição de alteração conforme disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
19.4.2 - No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação dos requisitos abaixo:

19.4.2.1- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

19.4.2.2- decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

19.4.2.3- resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

19.4.3 - Para fins do disposto acima, deverá o fornecedor encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória e planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
19.4.4 - Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
19.4.5 - Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
19.4.5.1- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação.
19.4.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
19.4.7 - Na hipótese de comprovação do disposto no 19.4.3, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
19.4.8 - Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, nos termos do artigo 124 da Lei 14.133/2021.

20 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR

20.1 - O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
a - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
d - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
20.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos a, b e d, acima será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21 - CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



21.1 - O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:
a - por razão de interesse público; ou
b - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

22 – DAS SANÇÕES/INFRAÇÕES/ADMINSTRATIVAS

22.1-O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

22.1.1-DAS PENALIDADES POR INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO
22.1.1.1 Caso a contratada dê causa à inexecução parcial do contrato, será aplicada uma multa de 10% sobre o valor total do contrato.
22.1.1.1.2 Se a inexecução parcial do contrato causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a contratada estará sujeita a uma multa de 20%.
22.2-DAS PENALIDADES POR INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO
22.2.1 Em caso de inexecução total do contrato por parte da contratada, será aplicada uma multa correspondente a 30% do valor total do contrato.
22.3-DOS DIAS DE ATRASO NA ENTREGA DOS OBJETOS, INÍCIO DO SERVIÇO OU OBRA
22.3.1 A contratada estará sujeita a uma penalidade de 3% ao dia de atraso na entrega dos objetos, início do serviço ou obra.
22.4-DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES
22.4.1 As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório.
22.4.2 A aplicação das penalidades não exime a contratada da obrigação de cumprir o contrato nos termos estabelecidos.
22.4.3 As multas previstas nos itens acima podem ser combinadas, desde que não ultrapassem o limite total de 30%.
22.5-DAS PENALIDADES POR FRAUDE E ATOS ILÍCITOS NO CONTRATO
22.5.1-Em caso de fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, a licitante estará sujeita a uma multa de 30% sobre o valor do edital ou do contrato, conforme o local onde ocorreu a fraude.
22.5.2 A licitante que praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, estará sujeita à aplicação de multa no valor de 30% sobre o edital ou contrato, a depender de onde ocorreu a fraude.
22.5.3-DAS PENALIDADES POR ATO LESIVO À ADMINISTRAÇÃO
22.5.3.1-Caso a licitante pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, estará sujeita a uma multa de 30% sobre o valor do edital ou contrato conforme o local onde ocorreu a fraude.

23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40
Conheça Ortigueira. Acesse: www.ortigueira.pr.gov.br

23.1 - A Contratada declara que está ciente e Cconcorda nos termos abaixo:
a - Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente qualquer vantagem com objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b - Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c - Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d - Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou alterar a execução do contrato;
e - Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsa aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital atos cujo intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
f - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo;
d - Concorda e autoriza que na hipótese do contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante aditamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e a execução do contrato.

24 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 - Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo respeitado as disposições da legislação constante do preâmbulo.
24.2 - As questões decorrentes de utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas nos órgãos competentes, no foro da Comarca de Ortigueira, com exclusão de qualquer outro.
24.3 - E por estarem justas e contratadas, firmam o presente Instrumento.

Prefeitura Municipal de Ortigueira xx/xx/2026.

_____
Advogado do Município
OAB 75039

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40



_____
[NomeAutoridade]

_____
[RazaoSocialParticipante]
BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:
FONE: [TelefoneParticipante] [Telefone2Participante] [CelularParticipante]
E-MAIL: [EmailParticipante]

[CidadePromotorSemUF], [DataHomologacao] de [MesAtualNome] de [AnoAtual]

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

Rua São Paulo, 80. CEP 84350-000. Ortigueira/PR. FONE: 32771388
CNPJ 77.721.363/0001-40

